

ARTIGO

A MÍDIA COMO AGENTE SECURITIZADOR DA SEGURANÇA PÚBLICA

GABRIELA SCHNEIDER

Professora Universitária. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestra em Direito Público e Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Pesquisadora do Grupo de Estudos em Capacidade Estatal Segurança e Defesa (GECAP-UFSM).

País: Brasil **Estado:** Rio Grande do Sul **Cidade:** Santa Maria

Email: schd.gabriela@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-1216-9447>

ADA CRISTINA MACHADO SILVEIRA

Professora titular do Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM. Pesquisadora do CNPq. Estuda a mediação na segurança pública, mídiassfera e resiliência climática.

País: Brasil **Estado:** Rio Grande do Sul **Cidade:** Santa Maria

Email: ada.silveira@ufsm.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000000275542248>

IGOR CASTELLANO DA SILVA

Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS); mestre em Ciência Política (UFRGS). Pesquisador e coordenador do Grupo de Estudos em Capacidade Estatal, Segurança e Defesa (GECAP/UFSM).

País: Brasil **Estado:** Rio Grande do Sul **Cidade:** Santa Maria

Email: igor.castellano@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-9763-5541>

Contribuições dos(as) autores(as): Todas(os) as(os) autoras(es) desempenharam papel ativo na elaboração do artigo, tanto na concepção e delineamento, como na análise e interpretação de dados, na redação e revisão crítica e, por fim, na revisão e aprovação final.

Data de Recebimento: 17/07/2023 – **Data de Aprovação:** 16/07/2024

DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1964

RESUMO

O artigo apresenta a teoria da securitização em sua formulação originária, suas novas abordagens, a relação da securitização com a mídia e com a segurança pública, além de destacar a função da mídia e o papel da noticiabilidade (e do telejornalismo) nesse processo. Um estudo bibliográfico sobre o tema, realizado por meio do software *Publish or Perish*, permitiu constatar que os trabalhos sobre segurança pública remetem de maneira mecânica à incidência da mídia, mas não fazem referência às contribuições dos estudos da noticiabilidade e da securitização. Sustenta-se que o agenciamento midiático no tema ocorre de forma mais determinante do que a prevista pelas atuais teorias da securitização. Por fim, o estudo explica em profundidade o que entende por noticiabilidade quando aplicada ao tema, destacando a proeminência do telejornalismo no processo de securitização da segurança pública.

Palavras-Chave: Mídia. Noticiabilidade. Securitização. Segurança pública.

THE MEDIA AS A SECURITIZING AGENT OF PUBLIC SECURITY

ABSTRACT

The article presents the theory of securitization in its original formulation, its new approaches, the relationship between securitization and the media and public security, in addition to highlighting the function of the media and the role of newsworthiness (and telejournalism) in this process. A bibliographical study on the subject, carried out using the Publish or Perish software, showed that works on public security mechanically refer to the incidence of the media, but do not refer to the contributions of newsworthiness and securitization studies. We maintain that media agency on the subject occurs in a more decisive way than predicted by current theories of securitization. Finally, we explain in depth what we mean by newsworthiness when applied to the topic, highlighting the prominence of telejournalism in the public security securitization process.

Keywords: Media. Newsworthiness. Securitization. Public security.

INTRODUÇÃO

A segurança pública sempre foi objeto especial das coberturas jornalísticas, seja em âmbito nacional ou internacional. É comum lermos e assistirmos sobre problemas diversos relacionados à segurança, especialmente quando vinculados à violência e à criminalidade. No entanto, as discussões públicas governamentais, de modo geral, sobre possíveis respostas vinculadas aos problemas de segurança são limitadas. No Brasil, em âmbito governamental, medidas repressivas e coercitivas são comumente apontadas como soluções iminentes e frequentemente ignoram a necessidade de medidas alternativas à histórica repressão, tais como medidas preventivas de desenvolvimento social (inclusão social, emprego e renda), de educação (qualidade da coerção mediante engajamento social, formação, capacitação e educação de qualidade às forças de segurança, entre outras) e de justiça (melhoramento do sistema de justiça criminal e das políticas de encarceramento). A mídia, em especial o jornalismo, tem papel fundamental nesse debate.

Ocorre que as coberturas noticiosas de determinados fatos e acontecimentos relacionados à violência e à criminalidade destacam a gravidade do problema de segurança, mas não necessariamente problematizam a questão. É necessário refletir, por exemplo, sobre como coberturas noticiosas buscam a construção de sentidos e efeitos de realidade, os quais podem causar diversas consequências na sociedade. Diante da perspectiva em que a verdade discursiva não coincide com a verdade dos fatos, mas sim com efeitos de sentido de verdade, importa compreender a forma pela qual os recortes da realidade, que produzem efeitos de sentido de verdade, são levados ao público em detrimento de outros e, para isso, a compreensão ampliada da noticiabilidade é fundamental.

Diante desse contexto, na perspectiva de estudar a articulação entre securitização, mídia e segurança pública, questionamos: como a noticiabilidade se insere no processo de securitização da segurança pública? Constatamos que grande parte dos trabalhos especializados sobre segurança pública não fazem referência às contribuições dos estudos da noticiabilidade e da securitização e suas capacidades de explicar de forma interdisciplinar por que processos de securitização da segurança pública ocorrem. Conforme veremos, o levantamento bibliográfico realizado sobre a temática, por meio do software *Publish or Perish*¹, e a análise sobre ele desenvolvida, demonstrará essa dimensão.

1 *Publish or Perish* é um software que recupera e analisa citações acadêmicas a partir de uma série de fontes de dados on-line. A análise apresenta uma variedade de métricas de citação, incluindo o número de artigos, o total de citações e o índice h, por exemplo. Encontra-se disponível de forma gratuita para download em: <https://harzing.com/resources/publish-or-perish>.

Especificamente, este artigo objetiva apresentar a teoria da securitização em sua formulação originária, as novas abordagens e concepções dessa teoria, a relação da securitização com a mídia e com a segurança pública, além de destacar a função da mídia e o papel da noticiabilidade (e do telejornalismo) nesse processo. Para tanto, o presente artigo, para além da introdução, das considerações finais e das referências, divide-se em quatro seções principais.

A primeira seção apresenta a origem e o que é a teoria da securitização. Posteriormente, na segunda seção, “Securitização e segurança pública”, para uma melhor compreensão sobre os debates existentes sobre a teoria da securitização e seus desdobramentos em estudos de segurança pública, realiza-se levantamento bibliográfico na base de dados do Google Scholar, por meio do *software Publish or Perish*. Já a terceira seção explora justamente como a mídia tem sido desenvolvida na teoria da securitização, identificando a importância da noticiabilidade nesse processo. Por fim, a última seção explica de forma mais aprofundada o que se entende por noticiabilidade, com destaque para a proeminência do telejornalismo no processo de securitização da segurança pública.

Sustentamos que a inserção da noticiabilidade ocorre de forma mais determinante do que a prevista pelas atuais teorias da securitização. Além de representante da audiência, a mídia pode também assumir o papel de agente securitizador e isso ocorre a partir do fenômeno da noticiabilidade. A compreensão do complexo processo de securitização é determinante para se avaliar como e por que ocorrem a atribuição de ameaças específicas, a priorização de objetos a serem defendidos e a determinação de respostas coercitivas no âmbito da segurança pública.

FORMULAÇÃO ORIGINÁRIA DA TEORIA DA SECURITIZAÇÃO

No âmbito internacional, os Estudos de Segurança há décadas avançam no entendimento da complexidade e da ambiguidade do conceito de segurança. Em termos gerais, segurança é “uma condição relativa de proteção na qual se é capaz de neutralizar ameaças discerníveis contra a existência de alguém ou de alguma coisa” (Cepik, 2001, p. 2). As medidas de proteção, como informações, equipamentos, operações, comunicação, pessoal treinado etc., que são obtidas para organizar determinada questão de segurança, devem “guardar certa proporcionalidade em relação às ameaças percebidas contra a existência, efetividade e autonomia de quem – ou do que – está sendo protegido” (Cepik, 2001, p. 2-3). Portanto, se houver incerteza do que ou de quem se está protegendo, a utilidade de medidas de segurança pode gerar arbitrariedades na ocorrência prática.

Desde a década de 1980, Barry Buzan (1983) chamava a atenção para fatores intersubjetivos envolvendo a construção do conceito de segurança. Os estudos desenvolvidos pelo autor mostram que não se trata de um conceito de fácil compreensão, assim como outros tantos conceitos da área das Ciências Sociais, tais como violência, justiça, liberdade e poder. Porém, é justamente a ambiguidade que os conceitos oferecem o que os tornam tão instigantes a ponto de considerá-los merecedores de atenção (Buzan, 1983). O autor percebeu que, por ser complexo, segurança é um conceito que vai muito além do foco estritamente militar (Buzan, 1983).

Para além de aspectos militares, tradicionalmente destacados nos debates sobre segurança nacional, dinâmicas econômicas, ambientais, políticas e sociais tornaram-se cada vez mais reconhecidas como relevantes para a compreensão de processos securitários em perspectiva ampliada. Buzan (1983)

argumenta que diferentes eventos e ações, ocorridos em setores temáticos distintos, poderiam ser designados como ameaças a objetos de referência tidos como prioritários por atores políticos relevantes. A partir dessa perspectiva, podemos perceber a recente expansão (novos setores) e o aprofundamento (novos objetos referentes) dos Estudos de Segurança, como partes componentes do processo de ampliação conceitual (Buzan; Hansen, 2009). A expansão conceitual representa um movimento horizontal de compreensão da segurança para além das dinâmicas do setor militar, em áreas que analogamente movimentam a reivindicação de políticas públicas de caráter emergencial destinadas a conter ameaças existenciais, tais como os setores econômico, ambiental, político e societal. Já o aprofundamento conceitual indica a abertura de novas dimensões conceituais de sentido vertical, em que novos níveis de análise são priorizados, desde a escala micro (individual) até a macro (humanidade, planeta, ecossistema). Como se verá a seguir, diferentes objetos de referência assumem centralidade para grupos sociais relevantes como carentes de proteção e acabam, inclusive, adjetivando o conceito de segurança para consolidar tal reivindicação (segurança humana, segurança estatal, segurança ambiental, segurança energética, segurança global, etc.).

Como resultado, a preocupação científica voltou-se crescentemente ao processo envolto nas reivindicações de atores políticos e sociais acerca de ameaças e objetos prioritários da segurança, em detrimento do foco nos meios e métodos de uso da força estatal para segurança e defesa. Esse movimento contribuiu para a ampliação do debate público sobre as responsabilidades dos agentes políticos e sociais ao designar ameaças securitárias prioritárias específicas, bem como os custos de suas ações (Buzan, 1983). Portanto, sobretudo desde os anos 1980, a segurança passou a ser vista como um processo que não se limita a questões militares e à defesa de Estados e regimes políticos. É nesse contexto, a partir dos Estudos de Segurança da chamada Escola de Copenhague, especialmente pelos autores Barry Buzan, Ole Weaver e Jaap de Wilde (1998), que surge a teoria da securitização.

A teoria da securitização inaugura a ideia de que é mediante o discurso, composto de atos de fala (*speech acts*), que atores securitizadores transformam determinados assuntos (não-politizados ou politizados) em matéria ou agenda de segurança (securitizados). Neste caso, a existência de uma ameaça existencial, que justificaria a reivindicação de um evento como problema de segurança, não precisa ser necessariamente real. O que importa é o convencimento da audiência sobre a relevância existencial de determinado tema e a necessidade de medidas extraordinárias, geralmente envolvendo o uso da força, a serem adotadas como possível solução (Buzan; Weaver; Wilde, 1998). A agenda de segurança construída por meio de discursos que são proferidos por agentes interessados demonstra a compreensão discursiva de segurança pela teoria da securitização. Para a análise específica desse processo intersubjetivo, Buzan, Weaver e Wilde (1998) distinguem três tipos de unidades analíticas: os objetos referentes, os atores securitizadores e os atores funcionais.

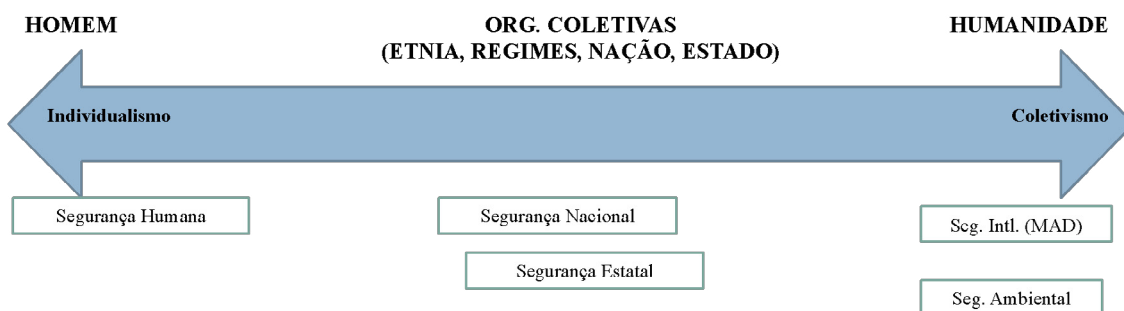
Os objetos referentes são vistos e reivindicados discursivamente pelos atores securitizadores, como coisas existencialmente ameaçadas e que têm um direito legítimo de sobrevivência. Nesse caso, a ameaça não precisa ser real, ou seja, no processo de securitização “algumas questões podem ser transformadas e percebidas como ameaças em contextos em que essas não existam – por vezes, inclusive, em detrimento de outras que podem representar ameaças reais” (Oliveira, 2019, p. 41). Trata-se, geralmente, de indivíduos ou instituições formais e informais como o Estado, a nação, o planeta, os regimes políticos, os seres humanos etc. Tal reivindicação é sempre subjetiva e envolve necessariamente percepções ontológicas e ideológicas acerca de quais objetos são prioritários e devem ser protegidos, inclusive, com uso de meios coercitivos. A padronização (muitas vezes forçada) do modelo institucional do Estado

moderno ao redor do mundo envolveu a institucionalização da securitização em torno do objeto Estado nacional, em detrimento de instituições tradicionais, tais como, família, igreja, impérios, tribos ou clãs. Embora tal reivindicação buscasse recorrentemente legitimar o real interesse de proteção de governos, regimes e elites no poder – tais como as que estabeleceram a doutrina de segurança nacional no Brasil –, atores políticos lograram arregimentar um sentido de pertencimento e mobilização coletiva para a proteção da pátria.

De forma concorrente, durante a Guerra Fria, esforços de organizações internacionais para o controle de armamentos nucleares direcionaram sua securitização ao objeto referente “coletividade global” ou “segurança internacional” *stricto sensu*, dada a escala de destruição potencial de uma escalada nuclear. Já no período pós-Guerra Fria, a problematização do processo de securitização produziu reflexões sobre a necessidade de outros objetos serem priorizados, tais como o meio ambiente (segurança ambiental), as condições de vida de populações vulneráveis (segurança alimentar e econômica) e a dignidade da pessoa humana (segurança humana). Tal trajetória histórica exemplifica como a perspectiva de objetos referentes pode variar em um *continuum* que segue de uma escala micro social, da individualidade absoluta, até o macro, da coletividade absoluta (Buzan; Weaver; Wilde, 1998). A Figura 1, a seguir, busca ilustrar tal compreensão.

FIGURA 1

Objetos referentes da Securitização: entre a segurança individual e a coletiva



Fonte: Elaboração própria, com base em Buzan, Weaver e Wilde (1998) e Castellano (2021). Data de elaboração da figura: 10 nov. de 2022.

Por seu turno, os atores (ou agentes) securitizadores são aqueles que tornam temas em problemas de segurança, ao declararem algo (o objeto referente) como existencialmente ameaçado por algum grupo ou processo social e reivindicar a necessidade de ações emergenciais para a sua proteção. Tais atores são indivíduos, grupos ou organizações com impacto político significativo, que executam o ato do discurso de segurança e têm condições de mobilizar uma audiência favorável, além de orientar o estabelecimento de respostas estatais. Como agentes, devem possuir interesses próprios e prosseguir os securitizar fenômenos sociais. Exemplos comuns de agentes securitizadores são líderes políticos, burocratas e governos, mas não somente, como se verá adiante. O argumento padrão utilizado por esses atores é que será necessário defender a segurança do Estado, da nação, da civilização ou de algum outro objeto referente por meio do uso ou da ameaça do uso da força (Buzan; Weaver; Wilde, 1998). Em suma, os teóricos da Escola de Copenhague argumentam que os agentes da securitização “falam e agem em nome de objetos referentes e geralmente veem as ameaças como emanando de outros objetos referentes” (Buzan; Weaver; Wilde, 1998, p. 43).

Por fim, atores funcionais podem afetar as dinâmicas de um determinado setor, influenciando significativamente as decisões no campo da segurança. Eles não são objetos referentes, tampouco são agentes securitizadores (Buzan; Weaver; Wilde, 1998), mas também importam para o sucesso ou o fracasso do processo. Trata-se de atores econômicos (empresas públicas e privadas nacionais e internacionais, profissionais, lobistas), sociais (organizações da sociedade civil nacional e transnacionais, intelectuais) e políticos (agências reguladoras nacionais e organizações internacionais), cujas atividades estão diretamente relacionadas aos resultados do processo de securitização e acabam por apoiar ou opor-se ao movimento (Buzan; Weaver; Wilde, 1998). As dinâmicas envolvendo tais atores configuram um contexto sociopolítico-econômico no qual o processo de securitização ocorre.

Contudo, com o crescimento da teoria da securitização, a utilização dessa última unidade analítica foi gradualmente perdendo força e espaço na produção científica do campo, em prol do desenvolvimento mais aprofundado de uma quarta categoria, ainda mais relevante para a compreensão do processo de securitização. Essa categoria é o que os autores da corrente denominam como audiência. Para a teoria originária, o movimento de securitização torna-se efetivamente consolidado apenas quando há o convencimento de uma audiência e efeitos políticos substantivos. Nas palavras dos autores: “O que é essencial é a designação [por um ator] de uma ameaça existencial requerendo ação emergencial ou medidas especiais e a aceitação de tal designação por uma audiência significativa” (Buzan; Weaver; Wilde, 1998, p. 27, trad. nossa)².

Portanto, para que a securitização seja concretizada, os atores securitizadores, por meio dos atos de fala, precisam convencer a audiência (Buzan; Weaver; Wilde, 1998). Isto é, a aceitação da audiência legítima e permite que uma ação extraordinária venha a acontecer. Embora considerada crucial para o processo de securitização, o papel cumprido pela audiência esteve subdesenvolvido na teoria original. Pouco se aprofundou sobre essa perspectiva, menos funcionalista em comparação à dos atores funcionais, e seu potencial de absorver a compreensão do processo comunicacional e os espaços de agência.

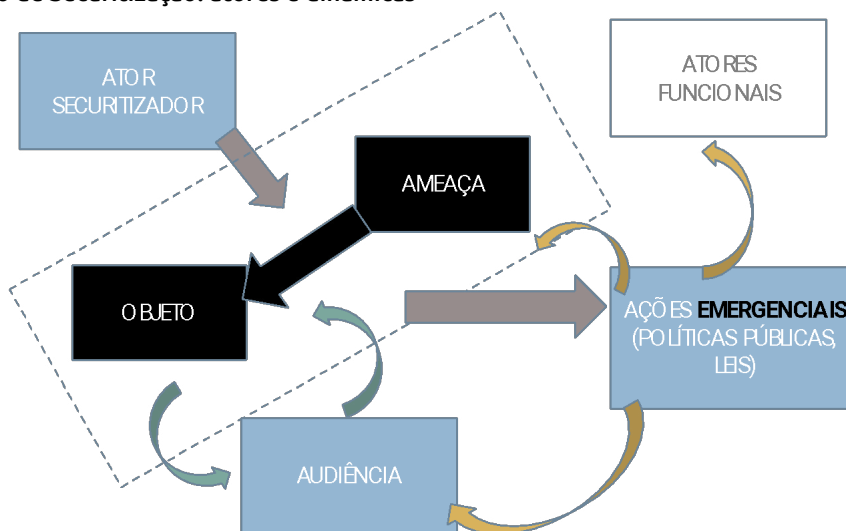
Em suma, a securitização é, desde suas origens teóricas, considerada um “processo construído socialmente, no qual os atores procuram transportar temas da agenda política – ou politizados – para a agenda de segurança” (Oliveira, 2019, p. 40). Desse modo, para a teoria original, a securitização será considerada bem-sucedida se estiverem presentes certas condições, quais sejam: “ameaças existenciais, ação emergencial e efeitos nas relações interunidades ao se libertar de regras” (Buzan; Weaver; Wilde, 1998, p. 26, trad. nossa)³.

2 No original: “What is essential is the designation [by an actor] of an existential threat requiring emergency action or special measures and the acceptance of that designation by a significant audience” (Buzan; Weaver; Wilde, 1998, p. 27).

3 No original: “A successful securitization thus has three components (or steps): existential threats emergency action and effects on interunit relations by breaking free of rules” (Buzan; Weaver; Wilde, 1998, p. 26).

FIGURA 2

O Processo de Securitização: atores e dinâmicas



Fonte: Elaboração própria, com base em Buzan, Weaver e Wilde (1998) e Castellano (2021). Data de elaboração da figura: 10 nov. de 2022.

A despeito dos avanços da teoria da securitização complexificar e desnaturalizar o processo de formação e legitimação de políticas públicas relacionadas ao setor de segurança, envolvendo efetivo ou potencial emprego da força, dois temas foram subdesenvolvidos na construção da teoria originária. Primeiro, a particularidade da segurança pública e os desafios de securitização e legitimação do uso da força contra populações internas às fronteiras estatais. Segundo, a falta de uma proposição teórica e metodológica que possibilite a compreensão clara sobre o papel da mídia nesse processo discursivo-comunicativo.

SECURITIZAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

Para uma melhor compreensão sobre os debates existentes sobre a teoria da securitização e seus desdobramentos em estudos de segurança pública, realizou-se levantamento bibliográfico na base de dados do Google Scholar, por meio do software *Publish or Perish*. A partir da pesquisa pelos termos “securitização” e “*securatization*” (em língua inglesa) no título da obra, foram selecionados os primeiros 50 trabalhos mais citados de cada termo (em línguas portuguesa e inglesa), totalizando 100 referências bibliográficas (vide tabela no Apêndice). Dos 50 textos em inglês, um se configura como capítulo de livro já publicado como artigo em periódico científico, ou seja, trata-se de entrada repetida. Os demais 49 trabalhos mais citados em língua inglesa estavam válidos para a pesquisa em termos de disponibilidade e não redundância. No caso das obras em língua portuguesa, dos 50 textos mais citados, 8 não foram encontrados em repositórios físicos ou digitais e outros 6 repetiam textos já identificados em entradas da mesma amostra (casos de mais de uma entrada para o mesmo artigo, devido a formas diferentes de menção ao nome do autor, livros que publicaram dissertações e capítulos de livros que republicaram artigos científicos). Como resultado, 36 textos restantes foram avaliados.

As informações verificadas em cada texto dividem-se em duas categorias: (i) dados de referência, tais como, autores, tipo de publicação (artigo, livro, capítulo de livro, dissertação, tese, etc.), local de publicação e ano de publicação; e (ii) dados categóricos, entre eles, tipo do texto (empírico ou teórico), identificação da definição de securitização, dos elementos do processo de securitização (ator securitizador, objeto de referência, tipo

de ameaça, audiência, atores funcionais), menção explícita ou vinculação da securitização com a segurança pública, tema relacionado à segurança pública e casos empíricos abordados (quando existente).

Dentre os textos coletados, procuraram-se menções aos termos segurança pública e segurança cidadã, além de correlatos em língua inglesa (*internal security, public security e homeland security*). Nos 49 resultados de textos mais citados na pesquisa bibliográfica com termos em língua inglesa, 16 obras (cerca de 33%) mencionam aspectos relacionados à segurança pública. Dos 36 textos em língua portuguesa, 19 (cerca de 53%) mencionam o conceito de segurança pública ou termos análogos, ou seja, uma quantidade significativamente maior que as produções de língua inglesa. A Figura 3 apresenta compilação gráfica dos textos, nos dois idiomas selecionados, que abordam o processo de securitização e mencionam dinâmicas relacionadas à segurança pública. Os textos foram classificados de acordo com (i) a região abordada ou a região em que se situam casos avaliados nos estudos, quais sejam, países ocidentais (Europa Ocidental, EUA e Canadá), América Latina e Ásia; e (ii) a principal temática ou agenda de segurança priorizada ou problematizada na discussão sobre o processo de securitização considerado na pesquisa. Dos 35 textos selecionados, 34 foram considerados para a elaboração da Figura 3, já que 1 dos 16 textos em inglês (Balzacq; Léonard; Ruzicka, 2016) realiza revisão da literatura recente sem focar em algum caso ou temática específica.

FIGURA 3

Segurança pública nos principais textos sobre securitização: casos e temas (34 textos selecionados)



Fonte: Elaboração própria (com apoio do Grupo de Estudos em Capacidade Estatal Segurança e Defesa (GECAP/UFSM), 2021) com base em pesquisa no software *Publish or Perish*. Data de elaboração da figura: 05 dez. de 2022.

Na vinculação da teoria da securitização com a segurança pública, é possível identificar a menção a esta última dimensão, sobretudo em textos que abordam temas distintos dos estudos de segurança tradicionais. Como visto anteriormente, esses últimos se concentram nos dilemas do equilíbrio de poder interestatal, demarcados pela ideia da segurança nacional. Já a literatura avaliada considera processos subnacionais ou transnacionais que rompem com a visão estadocêntrica tradicional dos Estudos de Segurança. Destacam-se as dinâmicas de securitização envolvendo migrações, crime organizado, ordem pública, direitos e bem-estar de cidadãos.

Contudo, os limites da leitura tradicional, que assume coesão e homogeneidade nas relações Estado-Sociedade, permanecem presentes no nível conceitual. Isso aparece, por exemplo, no ainda recorrente uso intercambiável dos conceitos de segurança nacional e segurança pública, os quais aparecem em alguns momentos como sinônimos, principalmente na análise de casos relacionados a migrações e terrorismo em países ocidentais. Como resultado, em nenhum dos textos avaliados há estudos específicos que proponham uma contribuição clara ao estudo da segurança pública em particular ou que teorizem sobre as peculiaridades dessa dimensão analítica para a teoria da securitização, ou Estudos de Segurança em termos gerais.

Outra característica da literatura é a quantidade reduzida de estudos sobre casos do Sul Global, mesmo entre textos no idioma português. Embora trabalhos focados em casos do Sul Global considerem temáticas relacionadas a desafios estruturais da ordem pública, além de questões de segurança interna e transnacional, os textos aqui consultados não aprofundam discussões teóricas sobre as razões históricas dessa realidade. A esquecida literatura sobre segurança no Terceiro Mundo, já nos anos 1980, observava essa realidade e a relacionava aos desafios de formação estatal e integração social na maioria dos países que passaram pelo processo de colonização (Ayoob, 1991; 1995 ; Azar; Moon, 1988; Buzan, 1983). Tal experiência resultou, na maioria dos casos, na implantação forçada de instituições coloniais que serviram de base para o Estado nacional pós-colonial. Este, por sua vez, tem se caracterizado pela baixa legitimidade das instituições estatais, escassa integridade territorial e reduzida coesão social. Ao mesmo tempo, elites socialmente dominantes recorrentemente assumem controle de regimes com traços autoritários, profundos vínculos neocoloniais, privilégios de elites específicas e conexão instável com a ampla heterogeneidade e complexidade da sociedade (Migdal, 1988).

O resultado segue em duas direções. Primeiro, as instabilidades políticas, econômicas e sociais do Estado periférico produzem um ambiente interno ameaçador para elites governantes, comprometidas com a continuidade de sua agenda política de controle de regimes políticos frente a ameaças de grupos sociais opositores. Sejam tais ameaças reais ou fictícias, violentas ou pacíficas, tais regimes tendem a securitizar ameaças à sua estabilidade no poder por meio do recorrente uso da força (repressão, vigilância, perseguição, contra insurgência, etc.). A segunda direção é representada pelo déficit de capacidade política e legitimidade do próprio Estado para tomar decisões sobre políticas de segurança de médio e longo prazos. Isso agrava o anseio de elites governantes e burocracias do setor de resolver desafios de segurança por meio do uso indiscriminado e abusivo da força para a sua própria proteção frente a grupos sociais ameaçadores à sua permanência no poder e estabilidade corporativa. O resultado é a securitização ampla de dinâmicas domésticas, levando à escalada de conflitos políticos para o nível da violência direta. Há, comumente, a militarização de políticas de segurança pública e o transbordamento dessas contradições para países vizinhos, mediante atuação de forças de segurança e radicalização de grupos sociais para além-fronteiras, agravados por economias ilegais próprias do crime organizado (Thomas, 2003).

Não obstante a relevância de tais contribuições teóricas de décadas atrás, os textos avaliados no levantamento bibliográfico, que abordam a dimensão da segurança pública em processos de securitização no Sul Global, têm

ignorado esses aspectos histórico-sociais relevantes e a literatura referida, o que limita a sua possibilidade de compreender aspectos mais estruturantes do processo, como se verá adiante. Como resultado, permanece, na amostra observada, limites à compreensão das particularidades da segurança pública e dos desafios de securitização e legitimação do uso da força contra populações internas às fronteiras estatais.

MÍDIA COMO AUDIÊNCIA DA SECURITIZAÇÃO E OUTRAS (PRÉ) TEORIZAÇÕES

A teoria originária da securitização é limitada também por não oferecer uma proposição clara sobre o papel da mídia nos processos comunicativos aos quais ela se refere. Os estudos originais da securitização foram muito limitados em relação à sua compreensão sobre o papel da mídia no processo discursivo de legitimação do uso da força pelo Estado. A adoção de uma perspectiva metodológica formalista sobre o processo de securitização, com foco baseado no discurso de agentes securitizadores formais, representantes oficiais do Estado, contribuiu para essa lacuna. Além disso, a visão normativa liberal de que política e violência são dimensões apartáveis do processo social colaborou para a leitura direcionada a ações de exceção. Como resultado, observamos que a mídia foi tratada como entidade secundária no processo de securitização; ela sequer é mencionada no texto original da teoria de Buzan, Weaver e Wilde (1998). Cabia a ela um papel coadjuvante de ator funcional do processo de securitização ou, então, como parte integrante da própria audiência por ela engendrada. Ou seja, a instância midiática seria instrumento de uma ação deliberada por um nível que lhe seria superior e determinante do propósito e sentido de sua ação.

É importante considerar que novas abordagens têm surgido e aberto caminho implícito ou explícito para a compreensão do papel da mídia. Em termos amplos, estudos mais recentes sobre o processo de securitização têm recuperado contribuições sociológicas mais aprofundadas sobre as relações entre poder, sociedade e violência e, como consequência, sobre a relevância da mídia nesse processo. Thierry Balzacq (2005) e Didier Bigo (2002) são expoentes nesse sentido, como marco da chamada Escola de Paris nos Estudos de Segurança. Os autores consideram que a securitização vai além dos atos simbólicos de atores políticos oficiais que securitizam temas pontuais e justificam ações de exceção, com legitimidade de aplicação excepcional do uso da força. Para os autores, a securitização existe na própria estrutura de poder em si, de forma que o ato discursivo oficial e explícito é apenas uma das facetas da manifestação do que Bourdieu (1989) chamaria de poder simbólico. O uso regular da força física e do instrumento da violência simbólica permanece sempre presente como parte integrante das estruturas políticas, de forma a assumir normalidade e institucionalidade, independentemente de haver uma securitização explícita e pontual nos discursos das autoridades políticas. A dessecuritização seria, portanto, mero subterfúgio ou ingenuidade liberal, que pressupõe a possibilidade de a política existir independentemente de usos recorrentes da violência, até mesmo de forma naturalizada (Balzacq, 2005; Bigo, 2002).

Assim, a observação do fenômeno da securitização envolve reconhecer contra quem e a favor de quem a violência é direcionada, para além de atos formais. A institucionalização de valores e a prática da securitização no dia a dia (e em contextos históricos, sociais e culturais) se tornam focos da análise, em que os agentes do processo de securitização são múltiplos. Percebe-se o potencial dessa perspectiva para romper o formalismo da teoria original e encontrar atores sociais e processos de securitização variados.

Como visto anteriormente, uma das principais críticas direcionadas à teoria originária da securitização situa-se no conceito de audiência, visto que as proposições iniciais não aprofundam seu significado teórico e sua

capacidade de agência, não fornecem critérios claros e precisos sobre como identificá-la, tampouco referem a formas e métodos de tratamento empírico (ver, por exemplo, Balzacq, 2005). As críticas mais difundidas questionam que grupos de atores representariam tal audiência, qual seria o seu poder de agência e o quanto de suporte dessa audiência ao movimento securitizador seria necessário para viabilizar medidas extraordinárias.

Adam Côté (2016), por exemplo, propõe uma definição alternativa de audiência, visando trazer um novo entendimento do conceito pouco explorado por Buzan, Weaver e Wilde (1998). Partindo do pressuposto de que a audiência precisa ser considerada diversa em cada caso específico ou contexto (Balzacq, 2005), ao fazer a análise do ato de fala, Côté (2016) questiona dois pontos: quem é o público e como o público se envolve na construção da segurança. O autor preocupa-se em verificar “quem pode legitimar uma prática securitária que envolva a questão proposta no discurso” (Oliveira, 2019, p. 50). Ou seja, “o porquê de o agente ter de convencer alguém é que definiria o papel da audiência – o que indica que esse papel pode variar de acordo com cada caso” (Oliveira, 2019, p. 50). Assim, importa perceber que o ator ou agente securitizador precisa ter estratégias de acordo com as circunstâncias ditadas pelo contexto, para conseguir a aceitação de uma audiência específica e diversa (Oliveira, 2019).

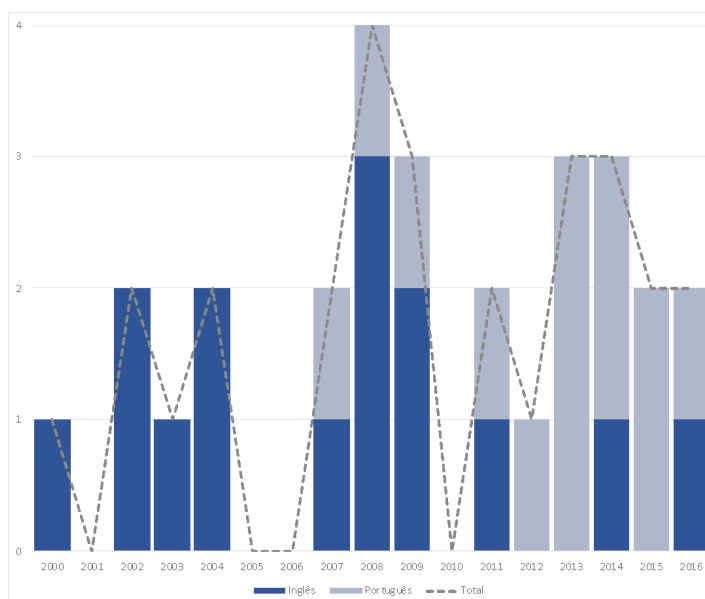
Nesse mesmo contexto, estudos empíricos têm apresentado timidamente a mídia no processo de securitização, sobretudo como parte constituinte da audiência ou, então, como intermediadora da interlocução entre ator securitizador e audiência. Pimentel (2007), por exemplo, ao estudar empiricamente a securitização europeia da imigração ilegal na fronteira Marrocos-Espanha, assume que a mídia exerce papel decisivo na consolidação dos processos securitizadores, na medida em que, ao transmitir ou não determinado discurso, consolida “o problema de segurança em meio à audiência, facilitando a legitimação dos atos que podem se seguir ao discurso securitizador” (Pimentel, 2007, p. 40).

Para uma revisão mais sistemática, voltamos aos textos coletados no levantamento bibliográfico apresentado na seção anterior (pesquisa no *Google Scholar*, via *Publish or Perish*, dos textos mais citados com o termo “securitização” – 50 entradas, e “*securitization*” – 50 entradas, no título da obra). Além das informações verificadas em cada texto, apresentadas na seção anterior, procuraram-se menções aos termos “mídia” ou “*media*” (em língua inglesa) no corpo dos documentos. Dos 49 textos em língua inglesa filtrados pelos critérios do levantamento bibliográfico e válidos para a pesquisa, 31 (cerca de 63%) lidam com aspectos relacionados à mídia, ao tratarem do processo de securitização, tanto em perspectiva teórica, empírica ou ambas. Desses 31 textos filtrados, 15 consideram conjuntamente a participação da mídia em processos de securitização e a ocorrência da securitização no ambiente da segurança pública ou doméstica. Essa seleção específica de 15 textos é a base da nossa análise. No caso do levantamento de obras em língua portuguesa (36 textos únicos e acessíveis, dentre os 50 inicialmente selecionados), 22 textos (cerca de 61%) tratam de aspectos conectados à mídia no processo de securitização, sendo que apenas 13 deles consideram, especificamente, a influência da mídia em eventos de securitização que envolvem segurança pública ou doméstica. A observação inicial já estimula importante constatação, qual seja, a de que a maior parte da produção selecionada se preocupa com a atuação da mídia no fenômeno da securitização e, dentre esses trabalhos, cerca da metade deles já relaciona mídia e esfera da segurança pública no fenômeno da securitização.

Em relação às características da produção acadêmica, percebe-se que estudos em língua portuguesa têm crescido ao longo das duas últimas décadas, embora a produção científica mais citada no idioma ainda tenha caráter mais formativo (TCCs, dissertações e teses), enquanto as produções em língua inglesa mais citadas são caracterizadas pela predominância de artigos científicos e livros autorais. As Figuras 4 e 5, abaixo, apresentam características dos 28 textos selecionados (15 em língua inglesa e 13 em língua portuguesa) ao longo do período de sua produção.

FIGURA 4

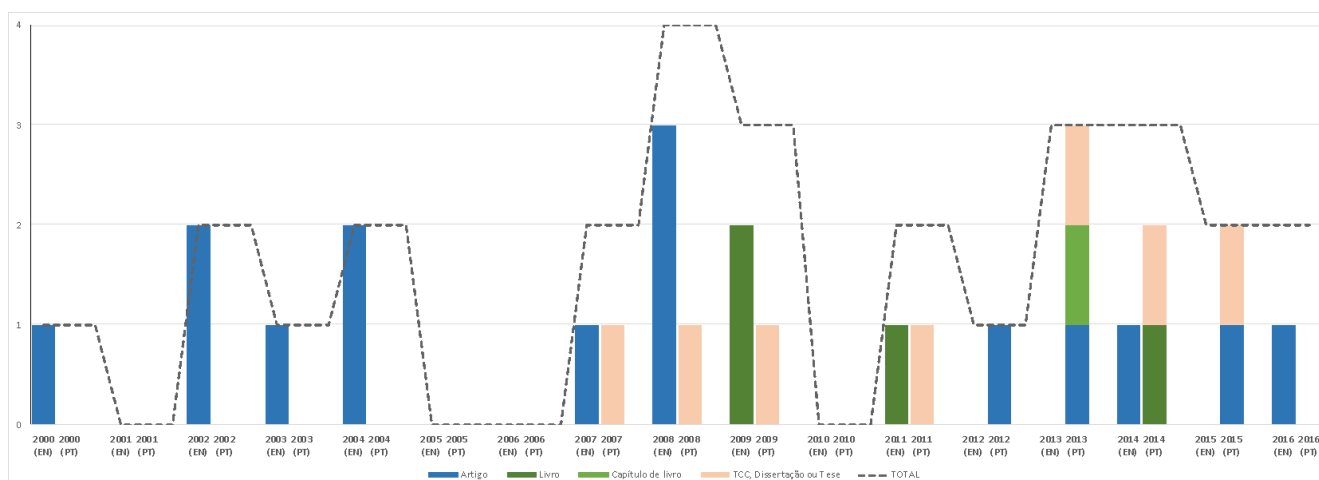
Mídia em textos sobre securitização na segurança pública: produção por idioma e ano



Fonte: Elaboração própria (com apoio do Grupo de Estudos em Capacidade Estatal Segurança e Defesa (GECAP/UFSM), 2021) com base em pesquisa no software *Publish or Perish*. Data de elaboração da figura: 05 dez. de 2022.

FIGURA 5

Mídia em textos sobre securitização na segurança pública: produção por tipo de produto bibliográfico em cada idioma e ano



Fonte: Elaboração própria (com apoio do Grupo de Estudos em Capacidade Estatal Segurança e Defesa (GECAP/UFSM), 2021) com base em pesquisa no software *Publish or Perish*. Data de elaboração da figura: 05 dez. de 2022.

A descrição quantitativa precisa ser cotejada com a análise do conteúdo dos trabalhos e a sua capacidade de produzir contribuições teóricas e empíricas para a compreensão de características, causas e efeitos da participação da mídia no processo de securitização, especialmente no contexto da segurança pública ou doméstica. Duas dimensões analíticas são cruciais para compreender o desenvolvimento teórico dos estudos em relação à atuação da mídia. Primeiramente, ressalta-se o grau de centralidade da mídia no estudo

produzido. A discrepância entre textos em língua inglesa e portuguesa é relevante nesse caso. Enquanto todos os textos em português da amostra (13) mantêm o tratamento da mídia em nível periférico no estudo proposto, como dimensão acessória para o estudo, 6 dos 15 textos em inglês (40% dos textos selecionados nesse idioma) já colocam a análise sobre mídia no centro da análise sobre processos de securitização.

Em segundo lugar, o papel cumprido pela mídia no processo de securitização varia significativamente nos estudos analisados. Por um lado, a mídia tem sido designada como elemento integrante do nível da circulação midiática, dado que sua ação é compreendida pela repercussão na audiência, tal como a visão mencionada acima. Por outro lado, a mídia tem sido analisada também como ator securitizador, sobretudo por estudos que a colocam no centro da análise do processo de securitização. Ainda, diferentes estudos a têm situado em posições de mediação (veículo de suporte a atores securitizadores, meio de pressão a governos como parte da opinião pública e ator funcional do processo), de modo independente ou compartilhado com as funções de audiência ou de ator securitizador.

Além disso, algumas das contribuições se preocupam explicitamente com o estabelecimento de conexão mais sistemática entre a atuação da mídia e categorias teóricas relacionadas à própria teoria da securitização originária e/ou a desenvolvimentos teóricos posteriores (Balzacq, 2005; Bigo, 2002). Por exemplo, trabalhos como os de Salter (2008), que analisa empiricamente o caso da *Canadian Air Transport Security Association* (Associação Canadense de Segurança no Transporte Aéreo), de Kaya (2009), que possui como foco a migração e a integração, com foco nos muçulmanos na Europa, e de Watson (2011), com o exemplo empírico da securitização humanitária do tsunami no Oceano Índico em 2004, adotam novas abordagens da securitização para a análise do papel da mídia, visto que elas viabilizam a compreensão de contextos e processos mais amplos do ambiente e da governamentalidade da securitização, geralmente ignorados na teoria original. Com tal recurso, abre-se caminho para a leitura do protagonismo assumido pela mídia em casos específicos. Segundo Scott Watson (2011), a mídia pode exercer diversas funções no processo de securitização. Pode, entre outras possibilidades, comunicar os processos de securitização de outros atores, articular suas próprias narrativas e confrontar as alegações com perspectivas divergentes.

Igualmente, Philippe Bourbeau (2011) argumenta que

[...] os agentes da mídia podem, em alguns casos, ser os iniciadores do processo de securitização (por exemplo, fazendo movimentos de securitização antes que os agentes políticos o formulem, pressionando assim tanto o governo quanto o público a adotar uma determinada política de segurança). Em outros casos, os agentes de mídia podem ser atores transmissores (por exemplo, apoiando os movimentos de securitização dos agentes políticos ou expressando e articulando as demandas de segurança do público) (Bourbeau, 2011, p. 46, trad. nossa)⁴.

Essa ampliação de perspectivas também é vista em um (único) texto em língua portuguesa, o qual afirma que “[...] atores como a mídia e a opinião pública poderiam, a depender do viés do analista e dos objetivos almejados com a avaliação empírica, atuar tanto como (semi)agentes securitizadores e (semi)audiências” (Motta, 2014, p. 112). Nesse texto, Motta (2014) estuda como a elaboração ideológica possibilitou enquadrar o Iraque como um inimigo na Guerra Global ao Terror e convencer o público interno dos EUA a apoiar o uso da força. A partir

4 No original: “[...] *media agents can in some cases be initiators of the securitizing process (e.g. by making securitizing moves before political agents formulate one, thereby pressing both the government and the audiences to adopt a particular security policy). In other cases, media agents can be transmitting players (e.g. by supporting political agents' securitizing moves or by voicing and articulating audiences' security demands)*” (Bourbeau, 2011, p. 46).

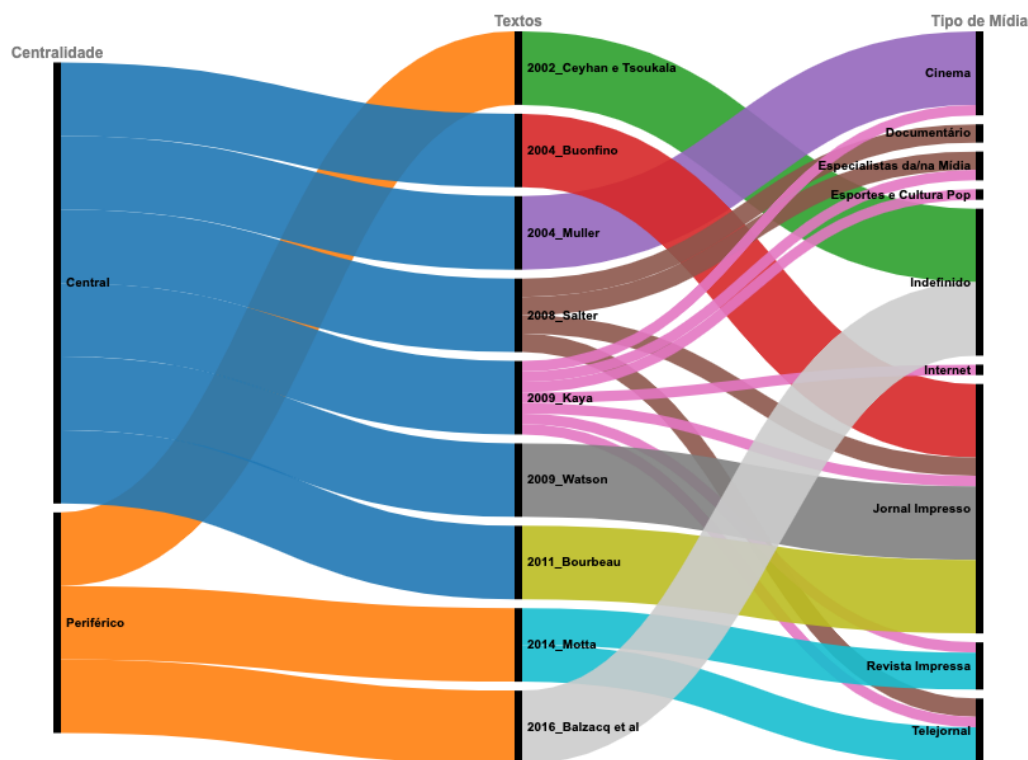
disso, delineou como se desenvolveu o processo de persuasão dos EUA perante outra audiência, o Conselho de Segurança da ONU, e como essa audiência reagiu durante o processo de negociação.

Mesmo com a profusão de ideias teóricas (e pré-teóricas) sobre o papel cumprido pela mídia no processo de securitização, não identificamos abordagem capaz de analisar a mídia de forma mais profunda a justificar o seu enquadramento como agente securitizador. Em nenhum dos textos avaliados há proposição teórica suficiente aprofundada que sustente a designação como agente securitizador e especifique o seu papel de agência. Uma das razões para a limitação do desenvolvimento teórico adequado é que, mesmo nos casos em que a mídia aparece como um dos fatores centrais considerados na análise sobre securitização, em nenhum dos estudos avaliados ela é o foco principal das análises, posto que tal centralidade é compartilhada com outros atores e objetos analíticos também prioritários. Ocorre que a posição central da mídia não é acompanhada de amparo teórico que compreenda efetivamente as características de agência da mídia, em geral e em tipos e meios específicos, tais como o telejornalismo e o jornalismo impresso, entre outros.

Como vemos na Figura 6, nem todos os trabalhos que identificam a mídia como agente securitizador a alocam no centro de sua análise, o que acaba por naturalmente reduzir os esforços teóricos para sustentar tal proposição. Ademais, nenhum dos estudos analisados que incluem a mídia no centro do estudo é efetivamente focado na atuação da mídia, tampouco adota contribuições de estudos de mídia ou da área de Comunicação. Embora os trabalhos que assumem funções de agência mais relevantes para a mídia (isto é, de agente securitizador) tendam a especificar o tipo de mídia que estão considerando ou avaliando, esses não realizam discussão teórica de fundo sobre o tipo de mídia selecionado e a sua relevância na sociedade contemporânea.

FIGURA 6

Mídia em textos sobre securitização na segurança pública: centralidade e tipo de mídia



Fonte: Elaboração própria (com apoio do Grupo de Estudos em Capacidade Estatal Segurança e Defesa (GECAP/UFMS), 2021) com base em pesquisa no software *Publish or Perish*. Data de elaboração da figura: 05 dez. de 2022.

O mais próximo de romper a regra observada foi o trabalho de Benjamin J. Muller (2004), que discute a relevância do cinema e da indústria do cinema na sociedade contemporânea e a sua capacidade de construir “*images of (bio)agency*” (Muller, 2004, p. 9) e produzir “*visual securitization acts*” (Muller, 2004, p. 5). De fato, Muller (2004) é o único texto avaliado que foca no papel da mídia como agente securitizador, em detrimento de suas outras funções, e concentra a sua análise em um tipo específico de mídia, o cinema. Contudo, o autor não discute por que o cinema se distingue de outras mídias e quais os processos próprios da produção midiática demonstram agência distinta.

Em suma, embora a mídia exerça papel diverso em contextos amplos, ela pode, sim, ser observada como agente securitizador, inclusive em eventos-chave conectados a atos de fala relevantes para o intento securitizador. Mesmo na perspectiva mais exigente da teoria originária (que reforça a relevância de eventos mais dramáticos, atos de fala e excepcionalidade) é, sim, possível identificar o papel da mídia como agente securitizador. Entretanto, tal esforço requer recursos teóricos adequados, ainda não trabalhados adequadamente por contribuições mais disseminadas no campo dos Estudos de Segurança.

MÍDIA COMO AGENTE SECURITIZADOR

Para a construção de tal arcabouço teórico que sustenta a mídia como agente securitizador, empreende-se aqui dois movimentos integrados. O primeiro movimento consiste em conservar a literatura sobre a relação entre mídia e violência, mídia e autoritarismo, mídia e medo. Tais contribuições são geralmente ignoradas nos Estudos de Segurança e precisam ser resgatadas para a compreensão de que o tema tem legado histórico nos estudos sociais e de comunicação. O segundo movimento é o da proposição de alternativas teóricas para compreender de maneira mais efetiva a posição da mídia como agente securitizador na teoria da securitização.

Em relação ao primeiro movimento, importa ressaltar que a primeira geração da Escola de Frankfurt pode ser elencada como o intento inaugural da Teoria Social para compreender de forma crítica a posição da mídia nas justificativas de ameaça e uso dos meios de coerção pelo Estado. Observando a ascensão do autoritarismo e do totalitarismo europeu, Theodor W. Adorno e Max Horkheimer (1985) mostram que os meios de comunicação à época foram de extrema importância para a formação da imagem do inimigo em um ambiente em que o uso da força prevalecia em meio ao medo e à ameaça para alguns e às promessas de bem-estar e segurança para outros. Iray Carone (2002), inclusive, lembra que o inimigo era identificado como pertencente ao submundo criminoso, não era sujeito de direitos, tampouco visto como ser humano.

O aparelho comunicacional criado foi essencial para firmar o apelo fascista nas massas. Na Alemanha, por exemplo, Hitler acreditava que a propaganda nazista seria o meio pelo qual se atingiria a grande audiência de forma mais rápida e eficiente. Ela deveria parecer ingênua e emotiva, justamente para atingir “o coração das grandes massas, compreender seu mundo maniqueísta e representar seus sentimentos” (Lenharo, 1986, p. 47). A repetição incansável das mensagens era uma das estratégias mais significativas.

[...] a propaganda política tinha características particulares: uso de insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras; simplificação das ideias para atingir as massas incultas; apelo emocional; repetições; promessas de benefícios materiais ao povo (emprego, aumento de salários, barateamento dos gêneros de primeira necessidade); promessas de unificação e fortalecimento nacional (Capelato, 1999, p. 167).

Para explorar as estratégias de construção de um inimigo, elites políticas utilizaram principalmente duas mídias que se mostravam à época extremamente eficazes para a alcance de massa, a saber: o cinema e o rádio. O rádio, em especial, apesar de ser novidade no período, foi uma das grandes apostas de Josef Goebels, ministro de propaganda do governo de Hitler, que criou o seu próprio sistema de radiodifusão, controlando programas, conteúdos e todas as informações que eram repassadas à sociedade. Destaca-se que a criação de todos os aparatos comunicacionais midiáticos era sempre justificada no princípio da legalidade e da manutenção da ordem social. Inclusive, como bem lembra Giorgio Agamben (2015), foi exatamente o estado de emergência previsto pelo art. 48 da República de Weimar “que permitiu que Hitler estabelecesse e mantivesse o regime nazista, declarando, imediatamente depois da sua nomeação como chanceler, um estado de exceção que nunca foi revogado” (Agamben, 2015, on-line).

Para além da legitimação do uso da violência física, os meios de comunicação contribuíram, até mesmo, para a formação de guerra psicológica. Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, a guerra psicológica estava atrelada, sobretudo, ao setor da radio-propaganda. Ela consistia especialmente na manipulação da palavra falada e escrita com o propósito de abalar a moral do inimigo, aumentar a efetividade das operações bélicas, evitar custos dos combates ou, então, para cooptar populações e grupos aliados em potencial (Brandt, 2001).

No sentido oposto ao pensamento crítico da Escola de Frankfurt, no âmbito do behaviorismo norte-americano, a literatura anglo-saxã também passou a investigar a relação entre mídia e violência desde os anos 50. Entretanto, o foco era distinto ao da corrente anterior, por não se preocupar com a relação entre mídia, política e guerra no processo de construção hegemônica em regimes autoritários. A vertente norte-americana se debruçava nos resultados psicológicos individuais, comportamentais e cognitivos da transmissão da violência em meios de comunicação, ignorando o caráter próprio de agência da mídia em si e os processos sociais mais amplos. Pode-se observar que é nesse momento que estudos de mídia e violência inauguram a leitura, adotada até hoje nos Estudos de Securitização, de que a relação entre mídia, violência e espectadores se observa pelos impactos resultantes na audiência, representada aqui por indivíduos particulares (Michaud, 1989). Como exemplo, em levantamento bibliográfico atual no Google Scholar (via *Publish or Perish*), pelos termos “*media*” e “*violence*”, é possível observar que a grande maioria da produção científica mais disseminada (citações totais ou citações por ano) foca no impacto da violência exposta pela mídia no comportamento violento de indivíduos. Tal perspectiva tende a ignorar a mídia como um agente próprio que não apenas reproduz fatos dados, mas constrói igualmente o processo discursivo e o processo social, marcado pela constituição intersubjetiva de valores e ideias.

É apenas mais recentemente que a compreensão de teorias sociais e da comunicação tem sustentado, de maneira mais direta, que a relação da sociedade com o mundo passa pelas imagens e que a definição sobre quais imagens serão selecionadas, montadas e legendadas é parte fundamental do processo de compreensão da realidade. A relação é ainda mais forte quando envolve violências que mobilizam a atenção do público, que há tempo busca por explicações simples e soluções rápidas para problemas complexos. É nesse ponto que o espaço para manipulações e desinformação se abre, de modo que algumas violências são rapidamente condenadas, enquanto outras tornam-se banalizadas. Como descreve Yves Michaud (1989):

[...] apesar de seu caráter de cópias verídicas – e talvez por causa disso mesmo – as imagens são enganosas: ainda que cada uma seja autêntica, podemos selecioná-las, montá-las, legendá-las, podemos enquadrá-las e reenquadrá-las, podemos sobretudo mostrá-las ou não mostrá-las de jeito nenhum. As imagens da violência não escapam dessas distorções.

Por causa delas, não são tanto as violências efetivas que contam, mas sim o que delas ficamos sabendo e imaginamos (Michaud, 1989, p. 49-50).

Mas a definição da informação a ser comunicada não é, de forma alguma, uma decisão apolítica destituída de um contexto de contradições sociais. Ou seja, “a própria informação sobre a violência torna-se uma parada na luta. Trata-se de controlar não só o conflito, mas a maneira como ele aparece” (Michaud, 1989, p. 50).

O segundo movimento em que empreendemos teorizar o papel da mídia no processo de securitização é o da proposição de duas alternativas teóricas possíveis, oriundas do Jornalismo, para compreender propriamente a posição da mídia como agente securitizador (ou eventualmente dessecuritizador) em processos de securitização, quais sejam: o agendamento e a noticiabilidade. Essas perspectivas podem abrir caminhos para que a ação da mídia seja o foco da análise, em suas diferentes formas de atuação, seja em contextos e processos de larga escala, seja em atos de fala que sustentam discursos em contextos pontuais, em favor ou contra intento securitizador, próprio ou de outrem.

Embora os dois fenômenos (agendamento e noticiabilidade, cada qual com sua particularidade) sejam relevantes, entendemos que é a noticiabilidade que possui capacidades mais claras de identificar, não apenas como, mas por que a mídia tem possibilidade de assumir função de agente securitizador em diferentes processos de securitização⁵. Como veremos a seguir, não é objetivo deste artigo resgatar os diversos estudos sobre a temática que existem há mais de século – explorados por Traquina (1993; 2008), Wolf (2008) e Silva, Silva e Fernandes (2014), apenas para citar alguns exemplos). Como afirma Carlos Eduardo Franciscato (2002, on-line), os esforços conceituais, tanto para definir notícia⁶ como para definir noticiabilidade, são insuficientes diante da complexidade e variabilidade de objetos. A ideia aqui, portanto, não é engessar o conceito e tampouco propor critérios para defini-lo. Acredita-se, por outro lado, que a noticiabilidade precisa ser pensada diante da complexa estrutura que envolve a seleção de notícias, que muitas vezes apresentam questões não visíveis e de fácil acesso ou compreensão, sobretudo relacionadas aos âmbitos econômico, político, social, cultural, ideológico, conforme se verá na próxima seção.

É a partir desses movimentos que se compreende que a mídia tem capacidade de empreender discursos securitizadores no dia a dia conectados a agendas próprias que impactam, e muitas vezes normalizam, justificativas para o uso da força pelo Estado ou outros atores sociais. Ela assume, assim, o papel de agente securitizador, que pode ser complementado, posteriormente, pela mobilização política tradicional. Portanto, a mídia pode atuar não como mero ator funcional do processo ou espelho do que é aceito pela audiência. Sugere-se, neste artigo, que é pelo mecanismo da noticiabilidade que a mídia tem condições de assumir esse papel de destaque na constituição do processo de securitização.

A mídia produz e reproduz discursos securitizadores relacionados a processos e interesses próprios. Tais discursos serão destinados a recomendar políticas de maior ou menor uso da força em momentos específicos de maior ou menor urgência explícita. Independentemente das possibilidades de variações, trata-se de atos securitizadores em si e estimulam a construção de uma consciência social sobre em quais situações e contra quem a violência deve ser aplicada. Mais do que isso, o poder da noticiabilidade de construir pautas específicas e na frequência desejada é capaz de defender e legitimar ações emergenciais que autorizam o uso da força excepcional por atores políticos, ao passo que produz o efeito de normalização

5 Não se nega, contudo, a importância do agendamento, seus reflexos e desdobramentos desde McCombs e Shaw (1972).

6 Em termos gerais, notícias podem ser consideradas unidades narrativas que apresentam informações diversas sobre determinados fatos ou acontecimentos políticos, econômicos, sociais, culturais etc. (Duarte, 2022).

da percepção pública de que a violência (como a militarização das respostas) se faz necessária como resposta à ameaça designada.

PAPEL DA NOTICIABILIDADE (E DO TELEJORNALISMO) NO PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO

O entendimento sobre a força social e a capacidade de agência da mídia já é disseminado nas Ciências Sociais. Anthony Giddens (2005), em seu manual de sociologia, ao realizar um diagnóstico geral sobre alguns dos principais problemas sociológicos da contemporaneidade, destaca entre eles o tema da mídia. De forma introdutória, Giddens lembra que a mídia de massa ou comunicação de massa é aquela que atinge uma audiência de massa, ou seja, aquela que alcança um grande número de pessoas. O autor acredita que as mídias de massas, para além do entretenimento, estão envolvidas em diversos aspectos e esferas da sociedade e possuem grande alcance sobre a opinião pública, “não apenas por afetarem nossas atitudes em modos específicos, mas por serem o meio de acesso ao conhecimento do qual dependem muitas atividades sociais” (Giddens, 2005, p. 367).

A cultura da mídia, entre elas a televisiva que possui o foco na grande audiência, ajuda a “modelar a visão prevalecente de mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral” (Kellner, 2001, p. 9). O telejornalismo faz parte dessa dimensão. A depender do caso, por exemplo, é a partir do que é transmitido pela mídia que muitos políticos ou governantes ampliam a sua preocupação em relação a determinados assuntos. Nesse aspecto, é possível pensar a mídia a partir da teoria da midiaticização de Stig Hjarvard, que explica que “as mídias, como estruturas, ou seja, práticas institucionalizadas, conseguiram impulso próprio, o que cada vez mais influencia outras esferas sociais” (Hjarvard, 2014, p. 26). Mas não só. Trata-se de uma via de mão dupla, assim como as mídias podem impactar outras esferas sociais, também podem ser impactadas por interesses diversos.

No âmbito do sistema criminal brasileiro, é possível verificar exemplos claros dessa dimensão midiática. Nilo Batista (2002) já dizia que seria necessário compreender o fenômeno midiático nos estudos que envolvem o direito penal e o direito processual penal – estudos esses que também abarcam os debates sobre segurança pública. Mostra o autor que é preciso perceber que há uma ultrapassagem da mera função comunicativa da mídia (Batista, 2002). Nesse sentido, por exemplo, Marília De Nardin Budó (2018) demonstra que os discursos midiáticos e políticos, muitas vezes, contribuem para uma ideia distorcida da criminalidade e colocam no sistema penal a busca por soluções imediatistas, como forma de conter as ondas de medo e insegurança.

Um clássico exemplo específico dessa dimensão pode ser encontrado na formulação da Lei Nº 8.072 de 1990, popularmente conhecida como Lei dos Crimes Hediondos. Um fato isolado de assassinato ocorrido no país – o caso da atriz Daniella Perez (1992) – repercutiu de forma tão intensa pela mídia que implicou na aceleração de medidas legislativas. Corália Leite e Livia Magalhães (2013) analisam o caso em diversos tipos de mídia, entre elas a televisiva. A investigação das pesquisadoras concentra-se na análise do momento anterior à aprovação da Lei Nº 8.930/94, que reformou a Lei Nº 8.072/90 e introduziu o homicídio qualificado como crime hediondo. Ou seja, centraram-se as autoras “na ação das mídias sobre a população brasileira no movimento de mudança da legislação” (Leite; Magalhães, 2013, p. 2.228).

Destacam as autoras que o assassinato da atriz – fato específico que originou o debate sobre a reforma da lei de crimes hediondos – teve destaque em diversas emissoras. Entre 1992 e 1994, cerca de 2h30min foram dedicadas ao tema pela mídia televisiva, em especial pela Rede Globo de Televisão. O Jornal

Nacional realizou uma edição especial em 20 de dezembro de 1992 sobre o caso. Posteriormente, também assim fizeram o Globo Repórter, em 05 de janeiro de 1993, o Fantástico e um bloco do programa Retrospectiva 92, todos da Rede Globo. Eles deram ênfase à violência perpetuada no crime em específico, argumentando que algo precisava ser feito. O discurso noticioso direcionava-se tanto para punir o agressor quanto para que casos como esse não viessem mais a acontecer. O caso tornou-se notório na sociedade brasileira, houve mobilização em busca de justiça para crimes de grande comoção e para a formulação de uma legislação mais rigorosa, no caso, a alteração da Lei dos Crimes Hediondos (Leite; Magalhães, 2013).

Eugênio Raúl Zaffaroni e José Henrique Pierangeli (2002) afirmam que, a partir de um acontecimento específico, um sentimento de “pânico e de insegurança – muito mais produto de comunicação do que realidade – tinha tomado conta do meio social e acarretava como consequências imediatas a dramatização da violência e sua politização” (Zaffaroni; Pierangeli, 2002, p. 261). No caso, pensamos que o termo mais adequado a ser utilizado seria securitização⁷. Tratou-se de uma medida de emergência, pois a sensação causada pela cobertura noticiosa do caso criminal pela mídia em geral, em especial pelo telejornalismo, foi de que a única alternativa existente era tornar a lei mais rígida e punitivista – projetando e potencializando tal efeito de sentido.

Destacamos, aqui, a importância do telejornalismo nesse processo. Desde a sua concepção, os telejornais, em sua essência, buscaram inspiração nos modelos radiofônicos, especialmente em razão da oralidade. No entanto, diferente do rádio, a televisão precisou ir além do relato oral da notícia. A estruturação dos noticiários de televisão passou a ocorrer a partir da “articulação entre sons e imagens, entre linguagens sonoras e visuais, sobredeterminadas pelos meios técnicos de produção, circulação e consumo próprio do televisual” (Duarte, 2022, p. 17). O telejornalismo, portanto, possui algumas peculiaridades importantes. Em termos de estrutura interna, a identificação de um telejornal é simples. Geralmente, apresenta-se em um estúdio, com âncoras/apresentadores em uma bancada que realizam chamadas de reportagens ou entradas ao vivo de repórteres, com entrevistas, convidados especiais, comentaristas e outros (Backes; Duarte, 2020). [...] cada edição do telejornal – que se divide em blocos com duração de tempo, separados por intervalos publicitários e promocionais – constitui-se de diferentes notícias que apresentam narrativas sobre determinados acontecimentos (Backes; Duarte, 2020, p. 198).

Além disso, em termos simbólicos, o telejornal (ou as telas, como um todo) possui a capacidade de se envolver com o tempo. Ao passo que um acontecimento ocorre, ele pode ser noticiado e, portanto, elimina-se a barreira existente entre o acontecimento e a sua divulgação pela mídia. Por outro lado, nesses casos, o imperativo do imediatismo na informação retira a possibilidade de uma análise mais apurada e de um aprofundamento dos aspectos diversos que levaram àquele fato ou acontecimento (Rezende, 2000). O tempo, assim, é um dos constrangimentos intrínsecos ao trabalho daqueles que realizam as coberturas noticiosas.

É igualmente importante ressaltar que há constrangimentos alheios à vontade de quem pensa ou produz tais coberturas, como é o caso da precarização do trabalho. O excesso de trabalho, a falta de remuneração adequada, o cansaço físico e mental, a ausência de regulamentação de direitos, a insegurança nos instrumentos fornecidos para o trabalho, entre outros, são elementos que não podem passar despercebidos nas matérias jornalísticas.

Muitas vezes, um repórter toma conhecimento dos fatos ao mesmo tempo que os transmite à audiência. Nesse tipo de transmissão, é quase impossível controlar as emoções, dores, alegrias, angústias, os medos ou

7 É interessante notar que os autores chamam de politização da violência algo que os autores da teoria da securitização poderiam identificar como securitização e não apenas politização em si. Aqui, identifica-se o valor do uso de teorias da securitização, o que os autores ignoram.

as euforias, ao repassar informações. Aliás, deve-se reconhecer que são essas emoções e esses sentimentos que em muitos casos transmitem de fato o que ocorre naquele momento. Essa realidade não é ignorada por este artigo, que reconhece, portanto, os diversos desafios enfrentados por quem atua no meio jornalístico.

No entanto, reconhecendo esses fatos, e apesar deles, ainda se faz necessário refletir sobre como coberturas noticiosas buscam a construção de sentidos e efeitos de realidade, os quais podem causar diversas consequências na sociedade. O papel do telejornalismo, portanto, é fundamental. A forma pela qual a construção de efeitos de realidade confere credibilidade a uma matéria jornalística busca passar a ideia de verdade ou efeito de verdade, a partir de um discurso que aparentemente não teria lacunas. No entanto, o efeito de verdade “está mais para o lado do ‘acreditar ser verdadeiro’ do que para o do ‘ser verdadeiro’” (Charaudeau, 2013, p. 49-50).

Como afirma Navarro (2010, p. 86): “é preciso considerar que as fotografias, entrevistas e citações são recortes do real que atestam a característica lacunar dos discursos”. Os textos jornalísticos, portanto, são recortes de realidade. Isto significa que podem apresentar apenas um viés e ocultar ou silenciar, por motivos diversos e de forma intencional ou não, uma maior contextualização, que envolveria a complexidade do problema em termos históricos, econômicos, sociais, culturais, ideológicos. No texto televisual, a fragmentação do real é aquilo que as câmeras mostram, enquadram, e aquilo que é editado – diante de uma enorme gama de possibilidades – para ser mostrado. Trata-se de “uma realidade discursiva que, embora contenha índices do real empírico, nunca será fidedignamente igual a ele” (Backes; Duarte, 2020, p. 200).

Sob o amparo da imparcialidade ou isenção, muitas vezes a fragmentação da realidade não fica esclarecida à audiência ou ao telespectador. É como se o recorte da realidade fosse a única verdade possível. Ou seja, “o discurso que se proclama imparcial e comprometido com a apuração rigorosa dos fatos manifesta o desejo de ser aceito [...] como discurso de verdade” (Navarro, 2010, p. 85). E o “discurso de verdade é aquele que, ilusoriamente, se estabelece como um lugar de completude de sentidos” (Navarro, 2010, p. 84).

Logo, a realidade televisual, enquanto fragmentação do real empírico do mundo, expõe o telespectador a um discurso construído pelo telejornal, sem evidenciar, em sua narrativa, as rupturas promovidas pelos sujeitos da enunciação durante essa construção. Dentre os diferentes níveis de fragmentação do real praticados no teto do telejornal, podem-se considerar: a seleção dos temas que serão ou não abordados; a definição dos sujeitos que vão compor a narrativa; a edição das declarações proferidas por esses sujeitos; os enquadramentos; a seleção das imagens a serem veiculadas; e também, a decisão de reiterar determinados acontecimentos ao longo da programação, em detrimento de tantos outros ignorados (Backes; Duarte, 2020).

Ocorre que a fragmentação da realidade operada pela mídia pode produzir “igualmente mentalidades fragmentadas, diluídas, difusas, que veem o contexto social, a realidade, sem nenhum nexos, sem nenhum fio condutor” (Marcondes Filho, 1989, p. 41). Não há como esperar do público em geral uma compreensão mais aprofundada do assunto, sobretudo por quem desconhece a amplitude da questão, se a transmissão noticiosa é produzida de forma fragmentada, por mais que sejam fragmentos de uma dada realidade. No telejornalismo, diferente do jornalismo impresso, não há uma exposição visual de artigos, uns mais e outros menos, que a audiência possa de certo modo optar. No jornalismo de televisão, existem “pequenas manchetes (‘chamadas’) anunciadas durante a programação que convidam à assistência do telejornal” (Marcondes Filho, 1989, p. 52). Dessa forma, a ilusão de verdade é mais bem transmitida nos telejornais, pois “ao ver as cenas do acontecimento, o receptor rejeita a tese de manipulação pelo fato de ‘ter testemunhado com seus próprios olhos’ o ocorrido” (Marcondes Filho, 1989, p. 52).

Diante da perspectiva em que “a verdade discursiva não coincide com a verdade dos fatos, mas sim com efeitos de sentido de verdade” (Duarte, 2022), importa compreender a forma pela qual os recortes da realidade, que produzem efeitos de sentido de verdade, são levados ao público, em detrimento de outros; e para isso, a compreensão ampliada da noticiabilidade é fundamental. A noticiabilidade pode ser pensada a partir “da compreensão de uma ordem noticiosa que reproduz a percepção de uma dada ordem social” (Hartmann; Silveira, 2018, p. 202). Trata-se de compreender a noticiabilidade como uma gestão jornalística de sentidos sociais, que ocorre por meio de escolhas estratégicas a partir de interesses diversos, que podem ser postos pela tecnologia, pela política, pela emissora, pela sociedade, pelo mercado, por determinados indivíduos, entre outros.

A noticiabilidade é justamente o conjunto de fatores que condicionam as escolhas do quê e de como um determinado fato se tornará notícia e tenta explicar por que determinados assuntos, em detrimento de outros, são veiculados por um noticiário. Não é um fenômeno simples. Pelo contrário, trata-se de um processo complexo, que depende de vários fatores, inclusive o ideológico, como já afirmado anteriormente. Nesse sentido, tornam-se pertinentes as indagações de Terezinha Silva e Vera França (2017, p. 11), quando questionam, por exemplo: “que tipo de interesses portam as notícias? Tratar-se-ia de interesse público? O que tais interesses expressam? O que revelam acerca do que a sociedade (ou grupos sociais específicos) valoram na atualidade?”. Ademais, “como um fenômeno social, é importante questionarmos a natureza da notícia e, ao mesmo tempo, como ela opera socialmente: por que recorremos cotidianamente a ela para sabermos sobre o movimento das coisas do mundo; que consequência sua circulação produz sobre os processos sociais cotidianos? (Franciscato, 2002, on-line).

A definição sobre o que vira notícia e quais são os interesses envolvidos nesse processo é de extrema importância, pois produz consequências reais em diversas esferas. Além disso, vinculada ao mecanismo da noticiabilidade, encontra-se a importância de compreender as notícias não como formas narrativas do jornalismo, mas sim como um modo característico, dentre tantos outros existentes, de construir narrativas (Leal, 2013). E a narrativa jornalística, que pretensamente propõe-se objetiva e neutra, “carrega vieses, valores, pontos de vista, representações e dissimulações das vozes presentes que, muitas vezes, se ocultam sob estratégias discursivas bem construídas, mas não transparentes” (Santana, 2022, p. 143).

Essa observação nos faz refletir sobre o fato de que “o mundo contado nos jornais, à luz da narrativa, é menos da ordem da retórica das imparcialidades e objetividades, do que do jogo de forças, das negociações e dos embates próprios do mundo da vida” (Resende, 2011, p. 16). Esses embates do mundo da vida referidos por Resende (2011) poderiam ser traduzidos nas próprias representações dos sentidos sociais que circundam uma determinada sociedade no tempo e espaço.

As notícias, portanto, conformam narrativas. Ou seja, o jornalismo se apresenta como um possível “modo de narrar que guarda semelhanças e especificidades em relação a outras formas de contar histórias, contribuindo para sua circulação e produção em diferentes âmbitos da vida social” (Leal, 2013, p. 29). Por isso, a necessidade de uma abordagem crítica da atividade noticiosa é essencial, pois cada vez mais torna-se perceptível que “[a atividade noticiosa] possui seus próprios interesses e os impõe mesmo frente a temas socialmente delicados e de graves consequências humanas” (Silveira; Guimarães, 2016, p. 8), como é o caso da segurança pública.

Nesse sentido, entendemos que a mídia assume a condição de agente securitizador de vontade própria e relativamente autônoma no âmbito da segurança pública do Estado brasileiro. Compreendemos que a mídia, em termos amplos, e o (tele)jornalismo, em específico, tem papel fundamental nesse processo. Em um estudo empírico aprofundado, utilizando a análise da semiótica discursiva, verificamos que a ordem da

noticiabilidade nas coberturas do Jornal Nacional da Rede Globo sobre Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), incluindo a Intervenção Federal no Rio de Janeiro em 2018, exemplifica sua atuação como agente securitizador na segurança pública (Schneider, 2023). No caso específico da Intervenção Federal de 2018, o estudo mostra que a compenetração com que a cobertura do Jornal Nacional foi assumida manifesta uma consciência de si não por possuir um papel coadjuvante de ator funcional do processo de securitização, e muito menos como parte integrante da própria audiência. Sua condição de agente apresentou-se, portanto, como manifesta, expressada no esforço intensificado em duas semanas de cobertura noticiosa realizada diariamente – mencionando recorrentemente os problemas de insegurança e medo, dando sinais de que as GLOs, em um nível ainda mais intenso (tal como o de uma Intervenção Federal militarizada), poderiam ser a solução para o caos (Schneider, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresenta a teoria da securitização em sua formulação originária, as novas abordagens e as concepções dessa teoria, a relação da securitização com a mídia e com a segurança pública, além de destacar a função da mídia e o papel da noticiabilidade e do telejornalismo nesse processo. Vimos que a formulação originária da teoria da securitização inaugurou a ideia de que é mediante o discurso, por meio de atos de fala (*speech act*), que atores securitizadores transformam determinados assuntos em matéria ou agenda de segurança (securitizados), convencendo a audiência de que uma medida extraordinária para conter determinada ameaça é necessária e urgente.

Diversas críticas foram surgindo no debate científico, em especial as relacionadas ao papel da audiência no processo. A mídia começou a aparecer de forma tímida nas teorias da securitização, especialmente relacionada ao papel de interlocução do discurso, o qual é tomado como mera ação de repasse à audiência, no propósito de legitimar ações securitizadoras. No entanto, demonstramos neste artigo que a mídia pode não só atuar na intermediação do discurso à audiência, como também pode atuar como agente securitizador próprio, por meio da noticiabilidade.

A compreensão do complexo processo de securitização é determinante para se avaliar como e por que ocorrem a atribuição de ameaças específicas, a priorização de objetos a serem defendidos e a determinação de respostas coercitivas. Na medida em que a securitização pressupõe que agentes securitizadores tenham impacto significativo para executar o discurso e tenham condições de mobilizar a opinião pública para aceitar tal discurso como sendo coerente e válido para a implementação de medidas extraordinárias, a mídia, por meio da noticiabilidade, se torna fundamental no processo de securitização da segurança pública.

Por fim, questionamos também sobre o papel e a responsabilidade social que a mídia deveria assumir diante de assuntos nacionais de extrema relevância, como é o caso da segurança. Se a ordem da noticiabilidade é capaz de securitizar a segurança pública, o que mais ela pode fazer? Reconhecer a forma pela qual legitima-se o uso de medidas extraordinárias, geralmente evadas de uso excessivo e abusivo da força, importa para que haja consciência coletiva das consequências de se apoiar e aceitar determinadas condutas em tempos de frágeis democracias espalhadas pelo mundo todo, em especial na América Latina. Incluindo, aqui, o Brasil, em que discursos conservadores e reacionários ganharam voz ativa nos últimos anos, fragilizando de modo drástico as instituições e o Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AGAMBEN, Giorgio. **Entrevista** concedida a Marie Richeux, publicada no jornal La Repubblica, em 24 nov. 2015. Trad.: Moisés Sbardelotto. Giorgio Agamben: O estado de emergência não pode ser permanente. *In*: Portal do Instituto Humanitas Unisinos, 25 nov. 2015, on-line. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/169-noticias/noticias-2015/549436-giorgio-agamben-qo-estado-de-emergencia-nao-pode-ser-permanenteq>. Acesso em: 25 jun. 2019.

AYOUB, Mohammed. The security problematic of the Third World. **World Politics**, v. 43, n. 2, p. 257-283, 1991.

AYOUB, Mohammed. **The Third World security predicament**: state making, regional conflict and the international system. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1995.

AZAR, Edward; MOON, Chung-in (Orgs.). **National Security in the Third World**: the management of internal and external threats. College Park, MD: Universit of Maryland CIDCM, 1988.

BACKES, Vanessa Cristina; DUARTE, Elizabeth Bastos. Telejornalismo: estratégias de reconfiguração de uma mesma notícia. **Intexto**, Porto Alegre, n. 49, p. 196-213, 2020.

BALZACQ, Thierry. The three faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context. **European Journal of International Relations**, v. 11, n. 2, p. 171-201, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354066105052960>. Acesso em: 5 jul. 2021.

BALZACQ, Thierry; LÉONARD, Sarah; RUZICKA, Jan. 'Securitization' revisited: theory and cases. **International Relations**, v. 30, n. 4, p. 494-531, 2016.

BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. **Discursos Sediciosos**: Crime, Direito e Sociedade, Rio de Janeiro, ano 7, n. 12, p. 271-288, 2002.

BIGO, Didier. Security and immigration: toward a critique of the governmentality of unease. **Alternatives**, v. 27, n. 1, p. 63-92, 2002. DOI: 10.1177/03043754020270S105.

BOURBEAU, Philippe. **The securitization of migration**: a study of movement and order. USA, Canada: Routledge, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BRANDT, Joseph E. Segredos da guerra psicológica: reminiscências da Segunda Guerra Mundial. Fonte Digital, EbookBrasil.com. Edição Ridendo Castigat Mores, 2001.

BRASIL. Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8072.htm. Acesso em: 03 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.930, de 06 de setembro de 1994. Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8930.htm. Acesso em: 03 fev. 2025.

BUDÓ, Marília de Nardin. **Mídias e discursos do poder**: estratégias de legitimação do encarceramento da juventude no Brasil. Porto Alegre: Renavan, 2018.

BUZAN, Barry. **People, States and Fear**: the national security problem in international relations. New York: Harvest Wheastsheaf, Hemel Hempstead, 1983.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The evolution of international security studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security**: a new framework for analysis. Boulder, London: Lynne Rienner, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 167-179.

CARONE, Iray. Fascismo on the air: estudos frankfurtianos sobre o agitador fascista. **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, p. 195-217, 2002.

CASTELLANO, Igor da Silva. Estudo de Segurança Internacional: Teoria da Securitização. Videoaula em apoio ao estudo a distância para disciplinas de Metodologia para Relações Internacionais (Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PwfsgxDJEUE>. Acesso em: 03 fev. de 2022.

CEPIK, Marco. Segurança Nacional e Segurança Humana: problemas conceituais e consequências políticas. **Security and Defense Studies Review**, v. 1, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Trad.: Angela Maria da Silva Corrêa. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CÔTÉ, Adam. Agents without agency: assessing the role of the audience in securitization theory. **Security Dialogue**, v. 47, n. 6, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0967010616672150>. Acesso em: 10 ago. 2021.

DUARTE, Elizabeth Bastos. **Ajustando temporalidades, afinando conceitos, atualizando roteiros**: um estudo sobre a televisão 2021-2022. Porto Alegre: Sulina, 2022.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. **Anais do XI Encontro Anual da COMPÓS**, on-line, 2002. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2002/trabalhos/limites-teoricos-e-metodologicos-nos-estudos-sobre-a-noticiabilidade?lang=pt-br>. Acesso em: 15 jul. 2021.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4 ed. São Paulo: Artmed, 2005.

HARTMANN, Camila; SILVEIRA, Ada Cristina Machado. Desigualdade, violência e drogas na pauta noticiosa: a tipificação heteronormativa na narrativa jornalística. In: Aguiar, L.; Silva, M.P.; Martinez, M. (Orgs.). Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo. São Paulo: Life Editora/Intercom, 2018.

HJARVARD, Stig. Mídiação: conceituando a mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 21-44, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82929>. Acesso em: 5 jul. 2020.

KAYA, Ayhan. **Islam, migration and integration: the age of securitization**. London: Palgrave Macmillan, 2009.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e pós-moderno**. Bauru: Edusc, 2001.

LEAL, Bruno Souza. O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de (Orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 25-48.

LEITE, Corália Thalita Viana Almeida; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. Mídia e memória: do caso Daniella Perez à previsão do homicídio qualificado na Lei de Crimes Hediondos. **Direito & Política**, Itajaí, v. 8, n. 3, 2013. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/5447>. Acesso em: 3 dez. 2019.

LENHARO, Alcir. **Nazismo: o triunfo da vontade**. São Paulo: Ática, 1986.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The agenda-setting function of mass media. **The Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2747787>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989.

MICHAUD, Yves. **A violência**. Trad.: L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

MIGDAL, Joel. **Strong Societies and Weak States: state-society relations and state capabilities in the Third World**. New Jersey: Princeton University Press, 1988.

MOTTA, Bárbara Vasconcellos de Carvalho. **Securitização e Política de Exceção: o excepcionalismo internacionalista norte-americano na segunda guerra do Iraque**. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, São Paulo, 2014.

MULLER, Benjamin. (Dis)qualified bodies: securitization, citizenship and ‘identity management’. **Citizenship Studies**, v. 8, n. 3, p. 279-294, 2004.

NAVARRO, Pedro. Uma definição da ordem discursiva midiática. In: MILANEZ, Nilton; GASPAR, Nádia Regina (Orgs.). **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010, p.79-93.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. **A Securitização do terrorismo internacional após 11 de setembro de 2011: o caso da África**. 2019. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PIMENTEL, Caroline Carvalho. **A securitização europeia da imigração ilegal na fronteira Marrocos-Espanha**. 2007. 117 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RESENDE, Fernando. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: SILVA, Gislene; KÜNSCH, Dimas; BERGER, Christa; ALBUQUERQUE, Afonso (Orgs.). **Jornalismo Contemporâneo: figuras, impasses e perspectivas**. Salvador: Edufba, 2011, p. 119-138.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus Editorial, 2000.

SALTER, Mark. Securitization and desecuritization: a dramaturgical analysis of the Canadian Air Transport Security Authority. **Journal of International Relations and Development**, v. 11, n. 4, p. 321-349, 2008. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/jird.2008.20>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SANTANA, Eliara. **Jornal Nacional, um ator político em cena: do impeachment de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro – as bases da construção narrativa jornalística que legitimou processos políticos na recente história brasileira**. Andradina: Meraki, 2022.

SCHNEIDER, Gabriela. **Mídia e segurança pública no Brasil: o Jornal Nacional e a securitização da intervenção federal no Rio de Janeiro (2018)**. 2023. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz. **Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014.

SILVA, Terezinha; FRANÇA, Vera. **Jornalismo, noticiabilidade e valores-sociais**. **E-Compós**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 1-21, 2017.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado; GUIMARÃES, Isabel Padilha. Apresentação. **Cobertura Jornalística: entre noticiabilidade e ambivalência**. In: SILVA, Ada Cristina Machado; GUIMARÃES, Isabel Padilha (Orgs.). **Conexões (Trans)Fronteiriças: mídia, noticiabilidade e ambivalência**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2016.

THOMAS, Raju. What is Third World Security? **Annual Review of Political Science**, v. 6, pp. 205–32, 2003. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev.polisci.6.121901.085731>. Acesso em: 03 dez. 2021.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo Volume II: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2008.

WATSON, Scott. The 'human' as referent object? Humanitarianism as securitization. **Security Dialogue**, v. 42, n.1, p. 3-20, 2011.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. Trad.: Karina Jannini. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro**. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Extrato do levantamento bibliográfico realizado no software *Publish or Perish*

| Dimensões Abordadas (Seg. Pública e/ou Mídia) | Autores | Título | Ano | Citações | Tipo | Publisher | Idioma | Tema Principal | Caso Principal | Centralidade da Mídia | Papel da Mídia | Mídias |
|---|--|--|------|----------|-------------|---|-----------|--------------------------------|---------------------------|-----------------------|----------------|--------|
| Segurança Pública | EMM Patrício | Securitização da imigração : que impactos sobre os fluxos de imigrantes turcos para a Alemanha e sobre as comunidades turcas aí residentes no período de 1999-2009 | 2011 | 2 | Dissertação | Universidade do Minho | Português | Migração | Países Ocidentais/ Europa | - | - | - |
| Segurança Pública | LV Ferreira | A securitização da cooperação para o controle de fronteiras da União Europeia | 2011 | 4 | Artigo | Lex Humana | Português | Migração | Países Ocidentais/ Europa | - | - | - |
| Segurança Pública | M Hirst | Conceitos e práticas da ação humanitária latino-americana no contexto da securitização global | 2017 | 4 | Artigo | Estudios Internacionales | Português | Direitos, Ordem/Defesa pública | América Latina | - | - | - |
| Segurança Pública | PH BRACANTE, RR REIS | A Securitização da Imigração: um mapa do debate sobre e algumas considerações críticas | 2009 | 3 | Artigo | Lua Nova, São Paulo | Português | Migração | Países Ocidentais/ Europa | - | - | - |
| Segurança Pública | ABC Oliveira, BA Manes, BCO Fritzen, ... | Securitização do Tráfico de Drogas: emprego das Forças Armadas para Garantia da Lei e da Ordem nos morros do Rio de Janeiro | 2012 | 2 | Artigo | IX Congresso Acadêmico de Defesa Nacional, na Academia da Força Aérea | Português | Crime organizado | Brasil | - | - | - |
| Segurança Pública | G Lopes | Reflexos da digitalização da Guerra na política internacional do XXI: uma análise exploratória da securitização do ciberespaço nos Estados Unidos, Brasil e Canadá | 2013 | 2 | Dissertação | UFPE | Português | Ciberespaço | Países Ocidentais/ Europa | - | - | - |
| Segurança Pública | G Sasse | Securitization or securing rights? Exploring the conceptual foundations of policies towards minorities and migrants in Europe | 2005 | 121 | Artigo | JCMS: Journal of Common Market Studies | Inglês | Direitos | Países Ocidentais/ Europa | - | - | - |

Continua

| | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------|---------------------------|--|------|----|-------------------------|-------------------------------------|-----------|----------------------------|--------------------------|------------|--|-----------------------------|
| Segurança Pública e Mídia | A Dorfman | A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil | 2013 | 16 | Cap de livro | NAEA | Português | Crime organizado | Brasil | Periférico | Indefinido | Telejornal |
| Segurança Pública e Mídia | MG Duque | A teoria de securitização e o processo decisório da estratégia militar dos Estados Unidos na Guerra do Iraque | 2008 | 10 | Dissertação de mestrado | UNB | Português | Terrorismo | Países Ocidentais/Europa | Periférico | Audiência | Indefinido |
| Segurança Pública e Mídia | SSL Velasco | Imigração na União Europeia: uma leitura crítica a partir do nexó entre securitização, cidadania e identidade transnacional | 2014 | 8 | Livro | eduepb | Português | Migração | Países Ocidentais/Europa | Periférico | Suporte/Veículo/Mediação | Telejornal |
| Segurança Pública e Mídia | MJ Guia | Crimigração, securitização e o Direito Penal do crimigrante | 2012 | 7 | Artigo | Revista Liberdades | Português | Migração | Países Ocidentais/Europa | Periférico | Indefinido | Indefinido |
| Segurança Pública e Mídia | CC Pimentel | A securitização Europeia da imigração ilegal na fronteira Marrocos-Espanha | 2007 | 6 | Dissertação | UFRGS (LUME) | Português | Migração | Países Ocidentais/Europa | Periférico | Audiência,Suporte/Veículo/Mediação | Indefinido |
| Segurança Pública e Mídia | PJR Pereira | Securitização do Crime Organizado Transnacional nos Estados Unidos na década de 1990 | 2011 | 5 | Tese | Unicamp | Português | Crime organizado | Países Ocidentais/Europa | Periférico | Audiência,Suporte/Veículo/Mediação | Indefinido |
| Segurança Pública e Mídia | BVC MOTTA | Securitização e Política de Exceção: o Excepcionalismo Internacionalista Norte-Americano na Segunda Guerra do Iraque. | 2014 | 3 | Dissertação | UNESP | Português | Terrorismo | Países Ocidentais/Europa | Periférico | Ator Securitizador (s/ desenvolv. teórico),Audiência | Revista Impressa,Telejornal |
| Segurança Pública e Mídia | CCV SILVA | Segurança internacional e novas ameaças: a securitização do narcotráfico na fronteira brasileira | 2013 | 3 | Artigo | Humanas | Português | Crime organizado | Brasil | Periférico | Indefinido | Indefinido |
| Segurança Pública e Mídia | FRF Nobre | O processo de securitização no subcomplexo amazônico de segurança—explicando as reações do Brasil frente à militarização da Colômbia | 2013 | 2 | Dissertação | UFPE | Português | Crime organizado | América Latina | Periférico | Suporte/Veículo/Mediação | Indefinido |
| Segurança Pública e Mídia | FS de César | A migração pós-colonial e as identidades nacionais de Argélia e França: nation-building e securitização | 2015 | 1 | TCC | UFSM | Português | Migração | Países Ocidentais/Europa | Periférico | Suporte/Veículo/Mediação | Indefinido |
| Segurança Pública e Mídia | RVMC Espírito Santo | A questão da securitização da imigração chinesa em Portugal no quadro da União Europeia | 2009 | 1 | Dissertação | FEUC | Português | Crime organizado, Migração | Países Ocidentais/Europa | Periférico | Indefinido | Indefinido |
| Segurança Pública e Mídia | L Lammerhirt, C Remondeau | Securitização da Questão Colombiana: Contribuições Pós-Positivistas para os Estudos de Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria | 2015 | 1 | Artigo | CADERNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS | Português | Crime organizado | América Latina | Periférico | Ator Funcional | Indefinido |

Continua

A mídia como agente securitizador da segurança pública

Gabriela Schneider, Ada Cristina Machado Silveira e Igor Castellano da Silva

| | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------|----------------------|--|------|------|--------|--|-----------|--|---------------------------|------------|--|--|
| Segurança Pública e Mídia | T Berwanger | O discurso de securitização da cibernética nos Estados Unidos da América no período entre 2007 e 2015 | 2016 | 1 | TCC | UFSC | Português | Ciberespaço, Terrorismo | Países Ocidentais/ Europa | Periférico | Indefinido | Indefinido |
| Segurança Pública e Mídia | J Huysmans | The European Union and the securitization of migration | 2000 | 1511 | Artigo | JCMS: Journal of Common Market Studies | Inglês | Migração, Ordem/Defesa pública | Países Ocidentais/ Europa | Periférico | Suporte/Veículo/ Mediação | Indefinido |
| Segurança Pública e Mídia | JA Vuori | Illocutionary logic and strands of securitization: Applying the theory of securitization to the study of non-democratic political orders | 2008 | 307 | Artigo | European journal of international relations | Inglês | Ordem/Defesa pública | China | Periférico | Suporte/Veículo/ Mediação | Indefinido |
| Segurança Pública e Mídia | T Balzacq | The policy tools of securitization: Information exchange, EU foreign and interior policies | 2008 | 282 | Artigo | JCMS: Journal of Common Market Studies | Inglês | Crime organizado, Ordem/Defesa pública, Terrorismo | Países Ocidentais/ Europa | Periférico | Pressão a governos, Suporte/ Veículo/Mediação | Indefinido |
| Segurança Pública e Mídia | A Ceyhan, A Tsoukala | The securitization of migration in western societies: Ambivalent discourses and policies | 2002 | 265 | Artigo | Alternatives | Inglês | Crime organizado, Migração, Terrorismo, Violência urbana | Países Ocidentais/ Europa | Periférico | Ator Securitizador (s/ desenvolv. teórico), Suporte/ Veículo/Mediação | Indefinido |
| Segurança Pública e Mídia | MB Salter | Securitization and desecuritization: a dramaturgical analysis of the Canadian Air Transport Security Authority | 2008 | 260 | Artigo | Journal of international relations and development | Inglês | Direitos, Ordem/Defesa pública | Países Ocidentais/ Europa | Central | Ator Securitizador (s/ desenvolv. teórico), Audiência, Pressão a governos, Suporte/Veículo/ Mediação | Documentário, Especialistas da/ na Mídia, Jornal Impresso, Telejornal |
| Segurança Pública e Mídia | A Buonfino | Between unity and plurality: the politicization and securitization of the discourse of immigration in Europe | 2004 | 231 | Artigo | New Political Science | Inglês | Migração, Terrorismo | Países Ocidentais/ Europa | Central | Ator Securitizador (s/ desenvolv. teórico), Pressão a governos | Jornal Impresso |
| Segurança Pública e Mídia | D Bigo | The (in) securitization practices of the three universes of EU border control: Military/Navy–border guards/police–database analysts | 2014 | 223 | Artigo | Security Dialogue | Inglês | Migração, Vigilância | Países Ocidentais/ Europa | Periférico | Audiência, Suporte/ Veículo/Mediação | Indefinido |
| Segurança Pública e Mídia | A Kaya | Islam, migration and integration: The age of securitization | 2009 | 220 | Livro | Palgrave Macmillan | Inglês | Migração | Países Ocidentais/ Europa | Central | Ator Securitizador (s/ desenvolv. teórico), Suporte/ Veículo/Mediação | Cinema, Especialistas da/na Mídia, Esportes e Cultura Pop, Internet, Jornal Impresso, Revista Impressa, Telejornal |
| Segurança Pública e Mídia | P Bourbeau | The securitization of migration: A study of movement and order | 2011 | 213 | Livro | Routledge | Inglês | Crime organizado, Migração | Países Ocidentais/ Europa | Central | Ator Securitizador (s/ desenvolv. teórico), Audiência, Pressão a governos, Suporte/Veículo/ Mediação | Jornal Impresso |
| Segurança Pública e Mídia | I Loader | Policing, securitization and democratization in Europe | 2002 | 175 | Artigo | Criminal Justice | Inglês | Bem-estar, Ordem/Defesa pública | Países Ocidentais/ Europa | Periférico | Suporte/Veículo/ Mediação | Indefinido |
| Segurança Pública e Mídia | J Hyndman | The securitization of fear in post-tsunami Sri Lanka | 2007 | 163 | Artigo | Annals of the Association of American Geographers | Inglês | Ordem/Defesa pública | Sri Lanka | Periférico | Suporte/Veículo/ Mediação | Jornal Impresso, Telejornal |

Continua

| | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------|---------------------------------|---|------|-----|---------------|---|-----------|---|--------------------------|------------|---|-----------------|
| Segurança Pública e Mídia | R Emmers | ASEAN and the securitization of transnational crime in Southeast Asia | 2003 | 147 | Artigo | The Pacific Review | Inglês | Bem-estar, Crime organizado, Direitos, Ordem/Defesa pública | ASEAN | Periférico | Suporte/Veículo/Mediação | Indefinido |
| Segurança Pública e Mídia | T Balzacq, S Léonard, J Ruzicka | 'Securitization' revisited: Theory and cases | 2016 | 132 | Artigo | International Relations | Inglês | | Sem casos específicos | Periférico | Ator Securitizador (s/ desenvolv. teórico), Pressão a governos, Suporte/Veículo/Mediação | Indefinido |
| Segurança Pública e Mídia | SD Watson | The securitization of humanitarian migration: Digging moats and sinking boats | 2009 | 111 | Livro | Routledge | Inglês | Migração, Ordem/Defesa pública | Países Ocidentais/Europa | Central | Ator Securitizador (s/ desenvolv. teórico), Audiência, Pressão a governos, Suporte/Veículo/Mediação | Jornal Impresso |
| Segurança Pública e Mídia | BJ Muller | (Dis) qualified bodies: securitization, citizenship and 'identity management' | 2004 | 110 | Artigo | Citizenship studies | Inglês | Direitos, Vigilância | Países Ocidentais/Europa | Central | Ator Securitizador (s/ desenvolv. teórico) | Cinema |
| Mídia | C Wilkinson | The Copenhagen School on tour in Kyrgyzstan: Is securitization theory useable outside Europe? | 2007 | 295 | Artigo | Security dialogue | Inglês | - | - | - | - | - |
| Mídia | DFL Ventura | Do Ebola ao Zika: as emergências internacionais e a securitização da saúde global | 2016 | 16 | Artigo | Cadernos de Saúde Pública | Português | - | - | - | - | - |
| Mídia | S Roque, K Cardoso | Entre a marginalização e a securitização: jovens e violências em Cabo Verde e na Guiné-Bissau | 2013 | 5 | Artigo | Revista Cabo-verdiana de Ciências Sociais | Português | - | - | - | - | - |
| Mídia | S Guzzini | A história dual da securitização | 2015 | 4 | Artigo | DIIS Working Paper | Português | - | - | - | - | - |
| Mídia | M Carreiro | A guerra cibernética: cyberwarfare e a securitização da Internet | 2012 | 3 | Artigo | Revista Cantareira | Português | - | - | - | - | - |
| Mídia | IDP Acácio | Segurança cibernética na política de defesa brasileira: um caso de securitização | 2012 | 3 | Artigo | Anais do VI ENABED | Português | - | - | - | - | - |
| Mídia | RS PINTO, MM AMIN, MB SILVA | Meio ambiente como questão de securitização da Amazônia | 2016 | 3 | Cap. de Livro | NAEA | Português | - | - | - | - | - |
| Mídia | RDE Campos, FP de Mattos | Os Estados Unidos e a região do Magreb-Sahel: securitização, militarização e terrorismo | 2014 | 2 | Artigo | Leviathan (São Paulo) | Português | - | - | - | - | - |

Continua

| | | | | | | | | | | | | |
|--------------|----------------------|--|------|------|---------------|--|-----------|---|---|---|---|---|
| Mídia | B FELDMAN-BIANCO | O Brasil frente ao regime global de controle das migrações: Direitos humanos, securitização e violências | 2018 | 2 | Artigo | Revista do Migrante | Português | - | - | - | - | - |
| Mídia | LM Barbosa | Explorando a Construção de Ameaças: a securitização das mudanças climáticas no sistema internacional | 2009 | 2 | Dissertação | Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) | Português | - | - | - | - | - |
| Mídia | MC Williams | Words, images, enemies: Securitization and international politics | 2003 | 1478 | Artigo | International studies quarterly | Inglês | - | - | - | - | - |
| Mídia | M McDonald | Securitization and the Construction of Security | 2008 | 872 | Artigo | European journal of international relations | Inglês | - | - | - | - | - |
| Mídia | AW Neal | Securitization and risk at the EU border: The origins of FRONTEX | 2009 | 442 | Artigo | JCMS: Journal of common market studies | Inglês | - | - | - | - | - |
| Mídia | M Ibrahim | The Securitization of Migration: A Racial Discourse ¹ | 2005 | 347 | Artigo | International migration | Inglês | - | - | - | - | - |
| Mídia | L Hansen | Theorizing the image for Security Studies: Visual securitization and the Muhammad Cartoon Crisis | 2011 | 317 | Artigo | European Journal of International Relations | Inglês | - | - | - | - | - |
| Mídia | C Boswell | Migration control in Europe after 9/11: Explaining the absence of securitization | 2007 | 292 | Artigo | JCMS: Journal of Common Market Studies | Inglês | - | - | - | - | - |
| Mídia | M MacKenzie | Securitization and desecuritization: female soldiers and the reconstruction of women in post-conflict Sierra Leone | 2009 | 223 | Artigo | Security Studies | Inglês | - | - | - | - | - |
| Mídia | T Balzacq | Constructivism and securitization studies | 2009 | 161 | Cap. de Livro | The Routledge handbook of security studies | Inglês | - | - | - | - | - |
| Mídia | J Cesari | Securitization of Islam in Europe | 2009 | 158 | Cap. de Livro | Muslims in the West after 9/11 | Inglês | - | - | - | - | - |
| Mídia | S Léonard, C Kaunert | Reconceptualizing the audience in securitization theory | 2010 | 139 | Cap. de Livro | Securitization Theory | Inglês | - | - | - | - | - |

Continua

| | | | | | | | | | | | | |
|---------|-----------------------------|--|------|-----|---------------|--|-----------|---|---|---|---|---|
| Mídia | H Smith | Bad, mad, sad or rational actor? Why the 'securitization' paradigm makes for poor policy analysis of North Korea | 2000 | 116 | Artigo | International affairs | Inglês | - | - | - | - | - |
| Mídia | S Watson | The 'human' as referent object? Humanitarianism as securitization | 2011 | 114 | Artigo | Security Dialogue | Inglês | - | - | - | - | - |
| Mídia | A Oels | From 'securitization' of climate change to 'climatization' of the security field: comparing three theoretical perspectives | 2012 | 110 | Cap. de Livro | Climate change, human security and violent conflict | Inglês | - | - | - | - | - |
| Mídia | JA Vuori | A timely prophet? The doomsday clock as a visualization of securitization moves with a global referent object | 2010 | 105 | Artigo | Security Dialogue | Inglês | - | - | - | - | - |
| Mídia | M Brzoska Salter | When securitization fails: The hard case of counter-terrorism programs | 2010 | 99 | Cap. de Livro | Securitization Theory | Inglês | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | LM Barbosa, M de Souza | Securitização das mudanças climáticas: o papel da União Europeia | 2010 | 8 | Artigo | Contexto Internacional | Português | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | N Mateus | As fronteiras no seu labirinto: permitir ou bloquear o acesso—As políticas de securitização como Gatekeepers | 2010 | 6 | Artigo | : Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutorado do CES/ FEUC/ FLUC | Português | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | NK Farret | A Securitização do Narcotráfico nos Estados Unidos e a influência no Brasil | 2014 | 5 | Artigo | Conjuntura Global | Português | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | TG Galvão | Securitização e desenvolvimento no espaço amazônico | 2008 | 4 | Artigo | Meridiano 47 | Português | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | JN URT, AF PINHO | Securitização e dessecuritização da Amazônia contemporânea | 2010 | 3 | Artigo | Meridiano 47 | Português | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | C Cordeiro | Plano Colômbia: securitização do narcotráfico pelos Estados Unidos da América | 2015 | 3 | Artigo | Conjuntura Global | Português | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | GZ de Oliveira, NCF Cardoso | Renascimento e Securitização da África no Século XXI | 2015 | 2 | Artigo | VIII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP). | Português | - | - | - | - | - |

Continua

| | | | | | | | | | | | | |
|---------|---------------------------|---|------|------|---------------|--|-----------|---|---|---|---|---|
| Nenhuma | FA de Queiroz, TB Cardoso | A legitimidade da guerra sob a ótica do ato-discurso: a construção de movimentos de securitização nos casos da Primeira e da Segunda Guerra do Golfo (1991/2003) em perspectiva comparada | 2017 | 2 | Artigo | CENEGR | Português | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | O Wæver | Securitization and desecuritization | 1993 | 3360 | Cap. de Livro | CIAO | Inglês | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | T Balzacq | The three faces of securitization: Political agency, audience and context | 2005 | 1154 | Artigo | European journal of international relations | Inglês | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | H Stritzel | Towards a theory of securitization: Copenhagen and beyond | 2007 | 724 | Artigo | European journal of international relations | Inglês | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | R Taureck | Securitization theory and securitization studies | 2006 | 343 | Artigo | Journal of International relations and Development | Inglês | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | T Balzacq | A theory of securitization: origins, core assumptions, and variants | 2010 | 326 | Livro | Routledge | Inglês | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | R Abrahamsen | Blair's Africa: the politics of securitization and fear | 2005 | 307 | Artigo | Alternatives | Inglês | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | C Bagge Laustsen, O Wæver | In defence of religion: Sacred referent objects for securitization | 2000 | 291 | Artigo | Millennium | Inglês | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | P Roe | Securitization and minority rights: Conditions of desecuritization | 2004 | 246 | Artigo | Security dialogue | Inglês | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | OF Knudsen | Post-Copenhagen security studies: desecuritizing securitization | 2001 | 209 | Artigo | Security Dialogue | Inglês | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | P Roe | Actor, audience (s) and emergency measures: Securitization and the UK's decision to invade Iraq | 2008 | 206 | Artigo | Security Dialogue | Inglês | - | - | - | - | - |

Continua

| | | | | | | | | | | | | |
|--|-----------------------------|--|------|-----|---------------|---------------------------------------|-----------|---|---|---|---|---|
| Nenhuma | S Guzzini | Securitization as a causal mechanism | 2011 | 186 | Artigo | Security Dialogue | Inglês | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | R Floyd | Can securitization theory be used in normative analysis? Towards a just securitization theory | 2011 | 179 | Artigo | Security Dialogue | Inglês | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | R Floyd | Human security and the copenhagen school's securitization approach | 2007 | 150 | Artigo | Human Security Journal | Inglês | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | P Roe | Is securitization a 'negative' concept? Revisiting the normative debate over normal versus extraordinary politics | 2012 | 132 | Artigo | Security Dialogue | Inglês | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | NJ Jackson | International organizations, security dichotomies and the trafficking of persons and narcotics in post-Soviet Central Asia: A critique of the securitization framework | 2006 | 118 | Artigo | Security Dialogue | Inglês | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | U Pram Gad, K Lund Petersen | Concepts of politics in securitization studies | 2011 | 117 | Artigo | Security Dialogue | Inglês | - | - | - | - | - |
| Nenhuma | C McInnes, S Rushton | HIV/AIDS and securitization theory | 2013 | 104 | Artigo | European Journal of International ... | Inglês | - | - | - | - | - |
| Não avaliado (repetido ou inacessível) | K KARAÚJO | A securitização do desenvolvimento da Amazônia e o TCA | 2006 | 6 | Dissertação | IPRI | Português | - | - | - | - | - |
| Não avaliado (repetido ou inacessível) | RD VILLA | A Securitização, o Overlapping das Guerras às Drogas e ao Terror, na Agenda de Segurança dos Estados Unidos: Caso Colômbia | 2009 | 7 | Cap. de Livro | Unesp São Paulo | Português | - | - | - | - | - |
| Não avaliado (repetido ou inacessível) | MS GERALDO | A securitização da política energética nas relações internacionais a partir dos anos 1970 | 2012 | 3 | Artigo | SEBREEI | Português | - | - | - | - | - |
| Não avaliado (repetido ou inacessível) | M Évora | A Evolução do Processo de Securitização do Narcotráfico em Cabo Verde: Das limitações do Estado à Displícência da Sociedade Civil | 2014 | 3 | Cap. de Livro | Praia: ISCJS | Português | - | - | - | - | - |

Continua

A mídia como agente securitizador da segurança pública

Gabriela Schneider, Ada Cristina Machado Silveira e Igor Castellano da Silva

| | | | | | | | | | | | | |
|--|-----------------------------------|---|------|-----|-----------------|-----------------------|-----------|---|---|---|---|---|
| Não avaliado (repetido ou inacessível) | GC Oliveira | A Segurança Internacional nos Estudos de Estratégia e na Teoria da Securitização: uma Abordagem Comparativa Ilustrada pelo Caso da Crise Nuclear ... | 2015 | 2 | Artigo | Nação e Defesa | Português | - | - | - | - | - |
| Não avaliado (repetido ou inacessível) | O CANINAS | A Securitização da Amazônia: Atores e Agendas | 2011 | 2 | - | - | Português | - | - | - | - | - |
| Não avaliado (repetido ou inacessível) | GC OLIVEIRA | Securitização da violência privada no mar: a construção da pirataria somali como problema de segurança internacional | 2015 | 2 | Cap de um livro | Lisboa: ICS | Português | - | - | - | - | - |
| Não avaliado (repetido ou inacessível) | M Silva | A Guerra ao Terror como Exceção: Os Perigos da Marginalização da Sociedade no Discurso de Emergência e a Alternativa da Securitização | 2013 | 2 | - | - | Português | - | - | - | - | - |
| Não avaliado (repetido ou inacessível) | O Wæver, RD Estrada, FP de Mattos | Securitização e dessecuritização | 2015 | 1 | Artigo | Moções | Português | - | - | - | - | - |
| Não avaliado (repetido ou inacessível) | SSL VELASCO | A imigração na União Europeia: Uma leitura crítica a partir do nexo entre securitização, cidadania e identidade transnacional | 2011 | 4 | Dissertação | PUC-Rio | Português | - | - | - | - | - |
| Não avaliado (repetido ou inacessível) | BVC Motta | Securitização e política de exceção: o excepcionalismo internacionalista norte-americano na segunda Guerra do Iraque | 2014 | 1 | Dissertação | UNESP | Português | - | - | - | - | - |
| Não avaliado (repetido ou inacessível) | GLM Souza | Reflexos da digitalização da guerra na política internacional do século XXI: uma análise exploratória da securitização do ciberespaço nos Estados Unidos, Brasil e Canadá | 2013 | 1 | Dissertação | UFPE | Português | - | - | - | - | - |
| Não avaliado (repetido ou inacessível) | L Hansen | The politics of securitization and the Muhammad cartoon crisis: A post-structuralist perspective | 2011 | 115 | Artigo | Security Dialogue | Inglês | - | - | - | - | - |
| Não avaliado (repetido ou inacessível) | A Dorfman | A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil | 2013 | 3 | Artigo | EDUFPA | Português | - | - | - | - | - |
| Não avaliado (repetido ou inacessível) | EMM Patrício | Securitização da imigração: que impactos sobre os fluxos de imigrantes turcos para a Alemanha e sobre as comunidades turcas aí residentes no período de 1999-2009 | 2011 | 3 | Dissertação | Universidade do Minho | Português | - | - | - | - | - |

Fonte: Elaboração própria com apoio do Grupo de Estudos em Capacidade Estatal Segurança e Defesa (GECAP/UFMS).
Data de elaboração da tabela: 20 dez. 2021.

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**